



CADERNOS CGI.br Referências

2

NETmundial Declaração Multissetorial

Multistakeholder Statement

Declaración Multisectorial

Déclaration Multipartite

多利益相关方声明

Заявление заинтересованных сторон

بيان أصحاب المصلحة

cgi.br

Comitê Gestor da
Internet no Brasil



**Esta obra foi publicada nos termos da licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional**
<http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR>

A Declaração Multissetorial do NETmundial foi redigida a partir de 188 contribuições iniciais de conteúdo enviadas por representantes voluntários de 46 países, 1.370 comentários feitos pelo público sobre esse documento preliminar e sugestões de 200 espectadores diários que acompanharam o evento em tempo real pela Internet.



**This work is licensed under a Creative Commons
Attribution 4.0 International License.**
<<http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.en>>

NETmundial Multistakeholder Statement is an outcome comprising 188 contributions sent from voluntary representatives from 46 countries, 1,370 comments made by interested parties over this preliminary document and suggestions from 200 daily spectators who followed the event live broadcast using the Internet.

**Núcleo de Informação
e Coordenação do Ponto BR**



CADERNOS CGI.br Referências

NETmundial Declaração Multissetorial

Multistakeholder Statement

Declaración Multisectorial

Déclaration Multipartite

多利益相关方声明

Заявление заинтересованных сторон

بيان أصحاب المصلحة

Comitê Gestor da Internet no Brasil
2014

Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR

Brazilian Network Information Center

Diretor Presidente / Chief Executive Officer

Demi Getschko

Diretor de Assessoria às Atividades do CGI.br / Chief Advisory Officer

Hartmut Richard Glaser

Diretor Administrativo / Chief Financial Officer

Ricardo Narchi

Diretor de Serviços e Tecnologia / Chief Technology Officer

Frederico Neves

Diretor de Projetos Especiais e de Desenvolvimento / Director of Special Projects and Development

Milton Kaoru Kashiwakura

Diretoria de Assessoria às Atividades do CGI.br / Advisory Team to the CGI.br Activities

Assessoria Administrativa / Administrative Advisors

Paula Liebert, Saete Matias

Assessoria Técnica / Technical Advisors

Carlos Francisco Cecconi, Diego Rafael Canabarro, Juliano Cappi, Nathalia Sautchuk Patrício

Produção desta publicação / Concept & Production

Coordenação Executiva e Editorial / Executive and Editorial Coordination

Carlos Francisco Cecconi

Produção Editorial / Editorial Production

Caroline D'Avo e Everton Rodrigues (Comunicação NIC.br)

Tradução para o português do original em inglês / Translation to Portuguese

Carlos Alberto Afonso

Traduções para os demais idiomas / Translations to other languages

ICANN Language Services Team

Emily Mary e James Walsh (prefácio)

Projeto Gráfico / Graphic design

Pilar Velloso

Diagramação e ilustrações / Desktop publishing and illustrations

Papel Moderníssimo e Pilar Velloso

Fotos / Pictures

Luís Vinhão e Fernando Torres

Getty Images (imagem de fundo da capa)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

NETmundial : declaração multisetorial [livro eletrônico] / Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR ; [Carlos Francisco Cecconi coordenação ; tradução para o português Carlos Alberto Afonso ; traduções para os demais idiomas ICANN Language Services Team]. -- 1. ed. -- São Paulo : Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2014. 544 Kb ; PDF

Título original: NETmundial Multistakeholder statement.

Edição poliglota.

Vários colaboradores.

ISBN 978-85-60062-90-4

1. Governança global 2. Internet - Administração 3. Internet (Rede de computadores) - Medidas de segurança 4. Internet - Aspectos sociais 5. Internet - Medidas de segurança 6. Internet - Política e governo 7. NETmundial - Declaração Multisetorial 8. Sociedade da informação I. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. II. Cecconi, Carlos Francisco. 14-12317 CDD-303.4833

Índices para catálogo sistemático:

1. NETmundial : Declaração Multisetorial : Internet : Aspectos sociais 303.4833

Esta publicação está disponível também em formato digital na URL <http://www.cgi.br>

Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br)

Composição em outubro de 2014

Brazilian Internet Steering Committee (CGI.br)

Composition as per October 2014

Integrantes / Committee members

Representantes do Setor Governamental / Government agencies Representatives

Loreni Fracasso Foresti
Luiz Alberto de Freitas B. Horta Barbosa
Luiz Antonio de Souza Cordeiro
Marcelo Bechara de Souza Hobaika
Maximiliano Salvadori Martinhão
Nelson Akio Fujimoto
Odenildo Teixeira Sena
Renato da Silveira Martini
Virgílio Augusto Fernandes Almeida

Representantes do Setor Empresarial / Business Organizations Representatives

Eduardo Fumes Parajo
Eduardo Levy Cardoso Moreira
Henrique Faulhaber
Nivaldo Cleto

Representantes do Terceiro Setor / Non-profit and Non-Commercial Organizations

Carlos Alberto Afonso
Flávia Lefèvre Guimarães
Percival Henriques de Souza Neto
Thiago Tavares Nunes de Oliveira

Representantes da Comunidade Científica e Tecnológica / Technical and Scientific Community Representatives

Flávio Rech Wagner
Lisandro Zambenedetti Granville
Marcos Dantas Loureiro

Representante de Notório Saber em Assunto da Internet / Internet Expert

Demi Getschko

Coordenador / Coordinator

Virgílio Augusto Fernandes Almeida

Secretário Executivo / Executive Secretary

Hartmut Richard Glaser

Prefácio

por VIRGÍLO ALMEIDA

O NETmundial – Encontro Multissetorial Global Sobre o Futuro da Governança da Internet – foi a realização de um marco, com definições consistentes para os princípios de governança da Internet e um roteiro para o desenvolvimento futuro da governança da Internet, após dois dias de encontro em São Paulo. Organizado por uma parceria entre o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) e a /1Net, o encontro reuniu 1.480 representantes dos diferentes setores com vozes ativas, incluindo participação remota, de uma diversidade de 97 países.

A “Declaração Multissetorial do NETmundial” agora publicada em livro, alcançou o seu formato final após um processo que começou com 188 contribuições de conteúdo enviadas por representantes voluntários de 46 países. Durante os dois dias de evento, os participantes de 97 países tiveram a oportunidade de contribuir para a revisão desse documento, através das sessões de discussão. As sessões consideravam ainda os 1.370 comentários feitos pelo público sobre o documento de referência, publicado no site oficial do NETmundial, além de comentários enviados por mais de 200 espectadores diários que acompanharam o evento em tempo real através dos mais de 30 hubs remotos espalhados pelo mundo.

Esse encontro é uma prova inegável de que a inclusão tem os seus prêmios, resultando em um espírito transparente e democrático em direção a um objetivo em comum. Isso é um marco para a governança da Internet. Governos se reuniram com os demais setores para dar esse primeiro passo. A conclusão deve ser vista como uma contribuição de um grande número de representantes

que irão se encontrar em outros processos envolvendo a governança da Internet.

O NETmundial se destaca pela proposta colaborativa multissetorial, em que diferentes setores – Governo, sociedade civil, setor privado, academia e comunidade técnica global – se reuniram para discutir o futuro da governança da Internet, prezando pela manutenção de um ambiente multiparticipativo e democrático.

Virgílio Almeida
Coordenador do CGI.br

Preface

by VIRGÍLO ALMEIDA

NETmundial – Global Multistakeholder Meeting on the future of Network Governance – represents a milestone in the global Internet governance process. At the end of a two-day meeting in São Paulo, the NETmundial group produced a document with a clear definition of principles for Internet governance and a roadmap for the future development of Internet governance processes.

NETmundial was organized by a partnership between The Brazilian Internet Steering Committee (CGI.br), ICANN and /INet and brought together 1,480 representatives from 97 countries, representing different sectors, including civil society, the private sector, the academic and technical communities and governments.

The “Declaration of the Multistakeholder NETmundial”, now published as a book, reached its final shape after a process that began in February 2014 and involved 188 contributions sent by volunteer representatives in 46 countries. From these contributions the multistakeholder executive committee produced a synthesis, called the reference document, which was published on the official NETmundial site for public consultation. The reference document received 1,370 public comments before the start of the meeting. During the two-day event, participants from the 97 countries had the opportunity to contribute to the review of the reference document, through discussion sessions, which took into account the comments made by the public, as well as the suggestions submitted by 200 daily spectators who accompanied the event in real time through more than 30 remote hubs around the world.

This meeting is an undeniable proof of the value of multi-stakeholder participation, which resulted in a transparent and democratic process of negotiations and discussions with the common goal of contributing to the evolution of Internet governance processes.

The conclusions of the NETmundial meetings should be seen as a contribution to other discussion forums on Internet governance processes. The NETmundial stands out with its multi-stakeholder proposal, in which different sectors - government, civil society, private sector, academia and the global technical community - met to discuss the future of Internet governance in an open, transparent, inclusive, multi participant and democratic environment.

Virgílio Almeida
is the Coordinator of CGI.br

Sumário /Summary

18	Declaração Multissetorial do NETmundial
30	Declaración Multisectorial de NETmundial
44	NETmundial Multistakeholder Statement
56	Déclaration multipartite de NETmundial
70	Заявление заинтересованных сторон конференции NETmundial
86	NETmundial多利益相关方声明
96	بيان أصحاب المصلحة لمبادرة النت-مونديال



Preâmbulo

Este é o resultado não vinculativo de um processo de baixo para cima, aberto e participativo que envolveu milhares de pessoas de governos, setor privado, sociedade civil, comunidades técnica e acadêmica de todo o mundo. O Encontro NETmundial foi o primeiro de seu tipo. Espera-se que contribua para a evolução da governança do ecossistema da Internet.

Introdução

O Encontro Multissetorial Global sobre o Futuro da Governança da Internet, também conhecido como NETmundial, foi convocado para discutir dois aspectos importantes para a evolução futura da Internet, de uma forma aberta e multissetorial:

1. Princípios da Governança da Internet, e
2. Roteiro para a evolução futura do Ecossistema de Governança da Internet.

As recomendações contidas neste documento foram elaboradas com a finalidade de conduzir o NETmundial a um consenso. Este foi um esforço colaborativo entre os representantes de todos os grupos de interesse.

Mais de 180 contribuições foram recebidas de todas as partes interessadas em todo o mundo. Essas contribuições foram tomadas como base para a elaboração das recomendações apresentadas aqui para os participantes do NETmundial buscando um amplo consenso.

As recomendações do NETmundial também se destinam a constituir uma contribuição potencialmente valiosa para uso em outros fóruns e entidades relacionados à governança da Internet.

1) Nota da Secretaria-Executiva do NETmundial, em 25 de abril de 2014: o texto aprovado sobre neutralidade da rede (Parte 2, Seção IV) teve uma correção editorial baseada no texto negociado no EMC e em seguida considerado, visto e aprovado pelo HLMC. O tempo exíguo durante a edição final antes da cerimônia de encerramento impediu a Secretaria de incluir o texto explicativo que acompanha o item "neutralidade da rede".

1 ● Princípios da governança da internet

O NETmundial identificou um conjunto de princípios comuns e valores importantes que contribuem para uma estrutura de governança da Internet inclusiva, multissetorial, eficaz, legítima e em evolução e reconheceu que a Internet é um recurso global que deve ser gerido no interesse público.

Direitos humanos e valores compartilhados

Os direitos humanos são universais, como refletidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, e devem ser a base dos princípios de governança da Internet. Direitos que as pessoas têm fora da rede também devem ser protegidos online, de acordo com as obrigações legais internacionais de direitos humanos, incluindo os Pactos Internacionais de Direitos Civis e Políticos e Econômicos, Sociais e Culturais, bem como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências. Estes direitos incluem, mas não estão limitados a:

Liberdade de expressão: Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de ter opiniões sem interferências e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

Liberdade de associação: Toda pessoa tem o direito de reunião e associação pacíficas online, incluindo através de redes e plataformas sociais.

Privacidade: O direito à privacidade deve ser protegida. Isso inclui não estar sujeito à fiscalização arbitrária ou ilegal, captura, tratamento e utilização de dados pessoais. Deverá ser garantido o direito à proteção da lei contra tais interferências.

Procedimentos, práticas e legislação relativas à vigilância de comunicações, a sua interceptação e captura de dados pessoais, incluindo a vigilância em massa, interceptação e cobrança, devem ser revistas, tendo em vista a defesa do direito à privacidade, garantindo a plena e efetiva implementação de todas as obrigações sob a legislação internacional de direitos humanos.

Acessibilidade: pessoas com deficiência devem desfrutar de pleno acesso aos recursos on-line. [É preciso] promover o projeto, desenvolvimento, produção e distribuição de informação, tecnologias e sistemas acessíveis na internet.

Liberdade de informação e de acesso à informação: Todos devem ter o direito de acessar, compartilhar, criar e distribuir informação na Internet, de acordo com os direitos dos autores e criadores, conforme estabelecido em lei.

Desenvolvimento: todas as pessoas têm o direito ao desenvolvimento e a Internet tem um papel vital a desempenhar para ajudar a alcançar a plena realização dos objetivos de desenvolvimento sustentável acordados internacionalmente. É uma ferramenta vital para dar às pessoas que vivem na pobreza os meios para participar de processos de desenvolvimento.

Proteção dos intermediários

As limitações de responsabilidade de intermediários devem ser implementadas de uma forma que respeitem e promovam o crescimento económico, a inovação, a criatividade e o fluxo livre de informações. A este respeito, a cooperação entre todas as partes interessadas deve ser encorajada para levar em conta e deter a atividade ilegal, de acordo com um processo justo.

Cultura e diversidade linguística

A governança da Internet deve respeitar, proteger e promover a diversidade cultural e linguística em todas as suas formas.

Espaço unificado e não fragmentado

A Internet deve continuar a ser uma rede de redes globalmente coerente, interconectada, estável, não fragmentada, escalável e acessível, baseada em um conjunto comum de identificadores únicos e que permita que datagramas e informação fluam livremente de ponta a ponta independentemente de seu conteúdo legal.

Segurança, estabilidade e resiliência da internet

A segurança, estabilidade e resiliência da Internet deve ser um objectivo fundamental de todas as partes interessadas na governança da Internet. Como um recurso global universal, a Internet deve ser um, estável, rede resistente, seguro e confiável seguro. Eficácia na abordagem dos riscos e ameaças à segurança e estabilidade da Internet depende de uma forte cooperação entre os diferentes intervenientes.

Arquitetura aberta e distribuída

A Internet deve ser preservada como um ambiente fértil e inovador baseado em uma arquitetura de sistema aberto, com colaboração voluntária, gestão coletiva e participação, apoiando a natureza ponta-a-ponta da Internet aberta, e buscando especialistas técnicos para resolver problemas técnicos no local apropriado de uma maneira consistente com esta abordagem aberta e colaborativa.

Ambiente favorável para a inovação sustentável e a criatividade

A capacidade de inovar e criar está no âmago do notável crescimento da Internet e trouxe grande valor para a sociedade global. Para a conservação de seu dinamismo, a governança da Internet deve continuar a permitir a inovação livre de barreiras através de um ambiente de Internet favorável, consistente com outros princípios deste documento. Empreendedorismo e investimentos em infraestrutura são componentes essenciais de um ambiente favorável.

Princípios do processo de governança da internet

Multissetorial: a governança da Internet deve ser construída através de processos democráticos multissetoriais, assegurando a participação significativa e responsável de todos os intervenientes, incluindo governos, setor privado, sociedade civil, a comunidade técnica, a comunidade acadêmica e usuários. Os respectivos papéis e responsabilidades das partes interessadas devem ser interpretados de modo flexível em relação aos temas em discussão.

Governança aberta, participativa e impulsionada por consenso: o desenvolvimento de políticas públicas internacionais relacionadas à Internet e os arranjos de governança da Internet devem permitir a participação plena e equilibrada de todas as partes interessadas de todo o mundo, e decididos por consenso na medida do possível.

Transparente: as decisões tomadas devem ser de fácil compreensão, os processos devem ser claramente documentados e seguir os procedimentos acordados, e os procedimentos devem ser desenvolvidos e acordados através de processos multissetoriais.

Responsável: devem existir mecanismos independentes para freios e contrapesos, bem como para a revisão e reparação. Os governos têm a responsabilidade primária jurídica e política para a proteção dos direitos humanos.

Inclusivo e equitativo: instituições e processos de governança da Internet devem ser inclusivos e abertos a todos os grupos de interesse. Processos, incluindo a tomada de decisão, devem ser de baixo para cima, permitindo a plena participação de todos os interessados, de uma forma que não deixe em desvantagem qualquer setor.

Distribuída: a governança da Internet deve ser realizada através de um ecossistema distribuído, descentralizado e multissetorial.

Colaborativa: governança da Internet deve basear-se e incentivar abordagens colaborativas e cooperativas que refletem as entradas e os interesses das partes interessadas.

Habilitante da participação significativa: Qualquer pessoa afetada por um processo de governança da Internet deve ser capaz de participar desse processo. Em particular, instituições e processos de governança da Internet devem apoiar a capacitação para os recém-chegados, especialmente setores de países em desenvolvimento e grupos sub-representados.

Acesso e barreiras mínimas: a governança da Internet deve promover oportunidades iguais e universais, acesso à Internet de alta qualidade e baixo custo de modo que possa ser uma ferramenta eficaz para o desenvolvimento humano e a inclusão social. Não devem haver barreiras injustificadas ou discriminatórias à entrada de novos usuários. O acesso público é uma ferramenta poderosa para fornecer acesso à Internet.

Agilidade: políticas de acesso aos serviços de Internet devem ser orientadas ao futuro e ser tecnologicamente neutras, de modo que sejam capazes de acomodar tecnologias em rápido desenvolvimento e diferentes tipos de uso.

Padrões abertos

A governança da Internet deve promover padrões abertos, informadas pela qualificação individual e coletiva e por decisões tomadas por consenso razoável, que permitam uma rede interoperável, resiliente, estável, descentralizada, segura e interconectada, disponível a todos. Os padrões devem ser consistentes com os direitos humanos e permitir o desenvolvimento e a inovação.

2. Roteiro para a evolução futura da governança da internet

O objetivo deste roteiro proposto para a evolução futura da governança da Internet é delinear possíveis passos adiante no processo de melhoria contínua da estrutura de governança da Internet existente, garantindo o pleno envolvimento de todos os interessados em seus respectivos papéis e responsabilidades.

A estrutura de governança da Internet é um ecossistema distribuído e coordenado envolvendo diversas organizações e foruns. Deve ser inclusiva, transparente e responsável, e as suas estruturas e operações devem seguir uma abordagem que permita a participação de todos os interessados, para atender os interesses de todos aqueles que utilizam a Internet, bem como aqueles que ainda não estão online.

A implementação da Agenda de Túnis demonstrou o valor do modelo multissetorial na governança da Internet. A valiosa contribuição de todos os interessados para a governança da Internet deve ser reconhecida. Devido às experiências de sucesso este modelo deve ser reforçado, melhorado e evoluir.

A governança da Internet deve promover o desenvolvimento sustentável e inclusivo, bem como os direitos humanos. A participação deve refletir a diversidade geográfica e incluir setores de países em desenvolvimento, países menos desenvolvidos e os pequenos estados insulares em desenvolvimento.

I. Temas que merecem atenção de todos os interessados na evolução futura da governança da Internet

1. Decisões da governança da Internet são, por vezes, tomadas sem a participação significativa de todos os interessados. É importante que a tomada de decisões e formulação de políticas multissetoriais sejam melhoradas, garantindo a plena participação de todos os interessados, reconhecendo os diferentes papéis desempenhados por diferentes partes interessadas nos diversos temas.

2. A cooperação aprimorada, tal como referida na Agenda de Túnis para tratar de questões de política pública internacional referentes à Internet, deve ser implementada de modo prioritário e consensual. Levando em consideração os esforços do Grupo de

Trabalho Sobre Cooperação Aprimorada da CSTD/ONU, é importante que todos os interessados comprometam-se a promover essa discussão de modo multissetorial.

3. Representantes das partes interessadas designados para os processos de governança multissetorial da Internet devem ser selecionados através de processos abertos, democráticos e transparentes. Os diferentes grupos de interesse devem gerir eles mesmos seus processos de escolha com base em mecanismos publicamente conhecidos, bem definidos e responsáveis.

4. Há uma necessidade de desenvolver mecanismos multissetoriais a nível nacional, devido ao fato de que uma boa parte das questões de governança da Internet deve ser tratada neste nível. Mecanismos nacionais multissetoriais devem servir como um elo entre as discussões locais e instâncias regionais e globais. Portanto, uma coordenação fluente e diálogo entre essas instâncias distintas é essencial.

5. Deve haver uma participação significativa de todos os setores interessados nas discussões e na tomada de decisão sobre governança da Internet, com atenção ao equilíbrio geográfico, multissetorial e de gênero, para evitar assimetrias.

6. Habilitar a capacitação e o empoderamento através de medidas como a participação remota e financiamento adequado, além do acesso a informação relevante e oportuna, são essenciais para promover a governança da Internet abrangente e eficaz.

7. Todos os interessados devem renovar seus compromissos para construir uma Sociedade da Informação centrada nas pessoas, inclusiva e orientada ao desenvolvimento, conforme definido nos documentos finais da CMSI/WSIS. Assim, na busca das melhorias do ecossistema de governança da Internet, o foco no desenvolvimento deve ser mantido.

8. As discussões sobre governança da Internet se beneficiariam de uma melhor comunicação e coordenação entre as comunidades técnicas e não técnicas, proporcionando uma melhor compreensão sobre as implicações políticas nas decisões técnicas e implicações técnicas nas decisões de políticas.

II. Questões relacionadas a melhorias institucionais

1. Todas as organizações com responsabilidades no ecossistema de governança da Internet devem desenvolver e implementar princípios de transparência, responsabilidade e inclusão. Todas

essas organizações devem preparar relatórios periódicos sobre o seu progresso e status sobre estas questões. Esses relatórios devem ser oferecidos ao público.

2. Deve ser dada atenção à possível necessidade de mecanismos que considerem tópicos emergentes e assuntos que não estão sendo devidamente tratados pelos atuais arranjos de governança da Internet.

3. É necessário reforçar o Fórum de Governança da Internet (FGI/IGF). Recomendações importantes para esse fim foram feitas pelo Grupo de Trabalho sobre Melhorias do IGF da CSTD/ONU. Essas recomendações deveriam ser implementadas até o final de 2015.

As melhorias devem incluir, entre outros aspectos:

a. Resultados melhorados: melhoras podem ser implementadas incluindo modos criativos de fornecer resultados/recomendações e a análise de opções de políticas;

b. A prorrogação do mandato do IGF para além de cinco anos;

c. É essencial assegurar financiamento estável e previsível para o IGF através de uma base ampliada de doadores;

d. O IGF deve adotar mecanismos para promover discussões em todo o mundo entre as reuniões anuais através de diálogos inter-sessionais.

Um IGF reforçado poderia melhor servir como uma plataforma para a discussão de temas recorrentes e emergentes com o propósito de contribuir para a identificação de possíveis modos de tratar esses temas.

4. Deve haver comunicação e coordenação adequadas entre os fóruns, grupos de trabalho existentes e organizações do ecossistema de governança da Internet. Relatórios periódicos, relações formais e realimentações oportunas de informação são exemplos de mecanismos que poderiam ser implementadas para esse fim. Seria recomendável analisar a opção de criação de instrumentos de coordenação de governança da Internet para realizar funções de monitoramento, análise e compartilhamento de informações de modo contínuo.

5. Em seguida ao anúncio recente e bem-vindo do governo dos EUA com relação a sua intenção de fazer a transição da administração das funções IANA, a discussão sobre mecanismos para garantir a transparência e a responsabilidade dessas funções após o o término do papel do governo dos EUA, deve

realizar-se através de um processo aberto, com a participação de todos os interessados além da comunidade da ICANN.

As funções IANA são atualmente realizadas no âmbito das políticas desenvolvidas em processos sediados por várias organizações e fóruns. Qualquer mecanismo adotado deve proteger a natureza participativa de baixo para cima e aberta desses processos de desenvolvimento de políticas e assegurar a estabilidade e resiliência da Internet. É desejável discutir a relação adequada entre os aspectos políticos e os operacionais.

Esta transição deve ser conduzida cuidadosamente com foco em manter a segurança e a estabilidade da Internet, reforçando o princípio da igualdade de participação entre todos os setores, no esforço de concluir essa transição até setembro de 2015.

6. Espera-se que o processo de globalização da ICANN seja acelerado, levando a uma organização verdadeiramente internacional e global que sirva o interesse público com mecanismos de responsabilidade e transparência claramente implementáveis e verificáveis, satisfazendo tanto os requisitos dos setores internos como a comunidade global. A representação ativa de todos os interessados na estrutura da ICANN de todas as regiões é uma questão fundamental para uma globalização exitosa.

III. Temas que lidam com tópicos específicos de Governança da Internet

1. Segurança e Estabilidade

a. É necessário reforçar a cooperação internacional em temas como jurisdição e assistência na aplicação da lei para promover a segurança cibernética e prevenir o cibercrime. As discussões sobre essas estruturas devem ser realizadas de forma multissetorial.

b. Iniciativas para melhorar a segurança cibernética e enfrentar as ameaças de segurança digital devem envolver uma colaboração adequada entre governos, setor privado, sociedade civil, academia e comunidade técnica. Há atores que ainda precisam se envolver mais com a segurança cibernética, como por exemplo operadores de rede e desenvolvedores de software.

c. Há espaço para novos fóruns e iniciativas. No entanto, eles não devem duplicar, mas acrescentar às estruturas atuais. Todos os interessados devem procurar beneficiar-se destas organizações de segurança cibernética e colaborar em sua melhora. A experi-

ência acumulada por várias delas demonstra que, para ser eficaz, qualquer iniciativa de segurança cibernética depende da cooperação entre os diferentes atores, e isso não pode ser alcançado através de uma única organização ou estrutura.

2. A vigilância arbitrária e maciça mina a confiança na Internet e no ecossistema de governança da Internet. A captura e tratamento de dados pessoais por entidades estatais e não-estatais devem ser conduzidos de acordo com a legislação internacional de direitos humanos. Mais diálogo é necessário sobre este assunto a nível internacional em fóruns como o Conselho de Direitos Humanos da ONU e o IGF, com o objetivo de desenvolver um entendimento comum sobre todos os aspectos relacionados.

3. A formação de capacidades e o financiamento são requisitos fundamentais para garantir que os diversos setores tenham a oportunidade de melhor participação, mas precisam ganhar o “know-how” e os recursos para a participação efetiva. A capacitação é importante para apoiar o surgimento de verdadeiras comunidades multissetoriais, especialmente nas regiões onde a participação de alguns grupos de interesse precisa ser reforçada.

IV. Pontos a serem discutidos pós-NETmundial

Várias contribuições para o NETmundial identificaram a seguinte lista não exaustiva de pontos que necessitam de uma melhor compreensão e posterior discussão em fóruns apropriados:

- Diferentes papéis e responsabilidades dos grupos de interesse na governança da Internet, incluindo o significado e a aplicação da noção de igual para igual.
- Problemas de jurisdição e como eles relacionam-se com a governança da Internet.
- Sistemas de “benchmarking” e respectivos indicadores em relação à aplicação dos princípios de governança da Internet.
- Neutralidade da rede: ocorreram discussões muito produtivas e importantes na NETmundial sobre o assunto da neutralidade da rede, com visões divergentes sobre incluir ou não o termo específico como um princípio nos resultados. Os princípios incluem sim conceitos de uma Internet Aberta e os direitos individuais à liberdade de expressão e informação. É importante que continuemos a discussão da Internet Aberta incluindo

como habilitar a liberdade de expressão, a competição, a liberdade de escolha do consumidor, a transparência significativa e a administração apropriada da rede, e recomendar que isso seja considerado em fóruns tais como o próximo IGF.

V. Caminho Adiante

Todas as organizações, fóruns e processos do ecossistema de governança da Internet são encorajados a levar em conta os resultados do NETmundial.

Espera-se que as constatações e resultados do NETmundial sejam considerados em outros processos e fóruns, tais como no processo da agenda de desenvolvimento pós-2015, na CMSI/WSIS+10, no IGF, e em todas as discussões de governança da Internet realizada em diferentes organizações e organismos em todos os níveis.

O acompanhamento e futuras discussões sobre tópicos listados neste documento deverão servir de subsídios para o trabalho de entidades ou organismos existentes. Estes são convidados a relatar suas atividades nas principais reuniões de governança da Internet.



Preámbulo

Este es el resultado no vinculante de un proceso desde las bases, abierto y participativo que incluyó a miles de personas provenientes del sector gubernamental, el sector privado, el sector civil, la comunidad técnica y el sector académico de todo el mundo. La reunión NETmundial fue la primera en su clase. Es de esperar que contribuya con la evolución del ecosistema de gobernanza de Internet.

Introducción

La Reunión Global de Múltiples Partes Interesadas sobre el Futuro de la Gobernanza de Internet, también conocida como NETmundial, fue convocada para debatir en forma abierta y multisectorial dos cuestiones de importancia para la futura evolución de Internet:

1. Principios de gobernanza de Internet, y
2. Camino a seguir para continuar con la evolución del ecosistema de gobernanza de Internet.

Las recomendaciones que se presentan en este documento fueron elaboradas con miras a orientar la búsqueda de consenso en NETmundial. Este es el resultado de un esfuerzo conjunto entre los representantes de todos los grupos de partes interesadas.

Las partes interesadas de todo el mundo presentaron más de 180 aportes de contenido. Dichos aportes de contenido constituyeron la base de la elaboración de las recomendaciones que ahora se presentan a los participantes de NETmundial en pos de lograr un consenso más amplio.

Las recomendaciones emanadas de NETmundial también fueron pensadas como un aporte constructivo que pueda ser utilizado en demás foros y entidades en el ámbito de la gobernanza de Internet.

1● Principios de gobernanza de internet

En NETmundial se identificó una serie de principios en común y valores importantes que pueden contribuir a crear un marco para la gobernanza de Internet inclusivo, multisectorial, efectivo, legítimo y en evolución, a la vez que se reconoció que Internet es un recurso global que debe ser administrado conforme al interés público.

Derechos humanos y valores compartidos

Los derechos humanos son universales, tal como lo indica la Declaración Universal de los Derechos Humanos, y deberían constituir la base de los principios de la gobernanza de Internet. Los derechos de las personas fuera de Internet también deben estar protegidos en Internet, de conformidad con las obligaciones jurídicas internacionales en materia de derechos humanos, las cuales incluyen los pactos internacionales en materia de derechos civiles, políticos, económicos, sociales y culturales, y de conformidad con la Convención sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad. Estos derechos incluyen, sin carácter taxativo, los derechos que se mencionan a continuación:

Libertad de expresión: todas las personas tienen derecho a opinar y expresarse; este derecho incluye la libertad de sostener opiniones sin interferencia y a buscar, recibir e impartir información e ideas en todos los medios e independientemente de las fronteras.

Libertad de asociación: todas las personas tienen derecho de asociarse en forma pacífica en Internet, lo cual incluye a las redes y plataformas sociales.

Privacidad: el derecho a la privacidad debe ser protegido. Esto incluye no ser sujeto de vigilancia arbitraria o ilegítima, ni de la obtención, el procesamiento o el uso de datos personales. El derecho a la protección legal contra dicha interferencia debe ser garantizado.

Debería efectuarse la revisión de procedimientos, prácticas y legislación en materia de vigilancia e interceptación de las comunicaciones, y sobre la obtención de datos personales, incluyendo la vigilancia masiva, la interceptación y la recolección de datos, con miras a proteger el derecho a la privacidad al garantizar la implementación plena y efectiva de todas las obligaciones en materia de legislación internacional sobre derechos humanos.

Accesibilidad: las personas con discapacidades deberían tener pleno acceso a los recursos en Internet. Se debería promover el diseño, el desarrollo y la producción de información, tecnologías y sistemas accesibles en Internet.

Libertad de información y de acceso a la información: todas las personas deberían tener derecho a obtener, compartir, crear y distribuir información en Internet, en consonancia con los derechos de los autores y creadores de contenidos establecidos por ley.

Desarrollo: todas las personas tienen derecho al desarrollo, y la función de Internet es vital para contribuir a lograr plenamente los objetivos de desarrollo sustentable acordados a nivel internacional. Internet es una herramienta vital que permite que quienes viven en la pobreza accedan a los medios para participar en los procesos de desarrollo.

Protección de intermediarios

Las limitaciones de responsabilidad de los intermediarios se deberían implementar de modo tal que se respeten y promuevan el crecimiento económico, la innovación, la creatividad y el libre flujo de la información. En tal sentido, se debería alentar la cooperación entre todas las partes interesadas, y se deberían disuadir las actividades ilícitas, de conformidad con un proceso justo.

Diversidad cultural y lingüística

La gobernanza de Internet debe respetar, proteger y promover la diversidad cultural y lingüística en todas sus formas.

Espacio unificado y sin fragmentaciones

Internet debería continuar siendo una red de redes globalmente unificada, interconectada, estable, sin fragmentaciones, escalable, y accesible, basada en un conjunto en común de identificadores únicos, donde sea posible el flujo ininterrumpido y de extremo a extremo de paquetes de datos/información, independientemente de la legalidad de su contenido.

Seguridad, estabilidad y flexibilidad de internet

La seguridad, estabilidad y flexibilidad de Internet deberían ser un objetivo clave para todas las partes interesadas en la gobernanza de Internet. Como recurso universal y global, Internet debería ser una red segura, estable, flexible y confiable. La efectividad en

el tratamiento de riesgos y amenazas a la seguridad y estabilidad de Internet depende de una sólida cooperación entre las distintas partes interesadas.

Arquitectura abierta y distribuida

Internet debería ser preservada como un entorno fértil e innovador basado en un sistema de arquitectura abierta, con colaboración voluntaria, custodia y participación compartidas, donde se sostenga la naturaleza extremo a extremo de una Internet abierta, y se procure que los expertos técnicos resuelvan cuestiones en el ámbito apropiado, en consonancia con este enfoque abierto y de colaboración.

Entorno que permita la innovación y la creatividad en forma sustentable

La habilidad de innovar y crear ocupa un lugar central en el crecimiento notable que ha tenido Internet, y ha sido sumamente beneficiosa para la sociedad global. Para preservar su dinamismo, la gobernanza de Internet debe continuar haciendo posible la innovación irrestricta en un entorno de Internet que así lo permita, en consonancia con los demás principios plasmados en este documento. Los emprendimientos empresariales y la inversión en infraestructura son componentes esenciales de un entorno de esta naturaleza.

Principios del proceso de gobernanza de internet

Multisectorial: la gobernanza de Internet debería construirse sobre la base de procesos democráticos y multisectoriales, garantizando la participación significativa y responsable de todas las partes interesadas, las cuales incluyen a los gobiernos, el sector privado, la sociedad civil, la comunidad técnica, el sector académico y los usuarios. Los roles y las responsabilidades respectivas de las partes interesadas deberían interpretarse de manera flexible y haciendo referencia a la cuestión que se esté debatiendo.

Gobernanza abierta, participativa y basada en el consenso: el desarrollo de políticas públicas internacionales en materia de Internet y de acuerdos sobre gobernanza de Internet debería posibilitar la participación plena, equitativa y consensuada de todas las partes interesadas de todo el mundo, en la medida de lo posible.

Transparente: las decisiones adoptadas deben ser fáciles de comprender, los procesos deben estar claramente documentados y ajustarse a procedimientos acordados, y los procedimientos deben ser desarrollados y acordados mediante procesos de múltiples partes interesadas.

Responsable: deberían existir mecanismos de control y equilibrio independientes, junto con mecanismos de revisión y remediación. Los gobiernos son los principales responsables legales y políticos de la protección de los derechos humanos.

Inclusiva y equitativa: las instituciones y los procesos de gobernanza de Internet deberían ser inclusivos y abiertos a todas las partes interesadas. Los procesos, entre los cuales se incluye el proceso de toma de decisiones, deberían ser desde las bases, posibilitando la plena participación de todas las partes interesadas, de manera que ningún grupo de partes interesadas quede en desventaja.

Distribuida: la gobernanza de Internet se debería implementar en un ecosistema distribuido, descentralizado y multisectorial.

Colaborativa: la gobernanza de Internet debería estar basada en enfoques de colaboración y cooperación que reflejen los aportes e intereses de las partes interesadas, a la vez que promueve dichos enfoques.

Permitir una participación significativa: todos los afectados por un proceso de gobernanza de Internet deberían poder participar de dicho proceso. En particular, las instituciones y los procesos de gobernanza de Internet deberían favorecer la capacitación de los nuevos participantes, especialmente de las partes interesadas provenientes de países en desarrollo y grupos con baja representación.

Acceso y barreras franqueables: la gobernanza de Internet debería promover la igualdad universal de oportunidades, junto con el acceso de alta calidad a Internet y a un precio accesible, de manera que Internet constituya una herramienta efectiva que permita el desarrollo humano y la inclusión social. El acceso de los nuevos usuarios no debería verse impedido a causa de barreras irrazonables o discriminatorias. El acceso público es una herramienta poderosa que permite el acceso a Internet.

Agilidad: las políticas de acceso a los servicios de Internet deberían orientarse hacia el futuro y ser neutrales en materia de tecnología, de manera que puedan adaptarse rápidamente a las tecnologías en desarrollo y los distintos tipos de uso.

Estándares abiertos

La gobernanza de Internet debería promover estándares abiertos, basados en información proveniente del conocimiento específico individual y colectivo, y de las decisiones adoptadas mediante un consenso generalizado, que permita una red global, interoperable, flexible, estable, descentralizada, segura e interconectada a la cual todos puedan acceder. Los estándares deben estar en consonancia con los derechos humanos, y permitir el desarrollo y la innovación.

2. Camino a seguir para continuar con la futura evolución de la gobernanza de internet

El objetivo de proponer un camino a seguir para continuar con la evolución del ecosistema de gobernanza de Internet es indicar posibles pasos a seguir dentro del proceso de mejora continua del marco de gobernanza de Internet ya existente, garantizando la plena participación de todas las partes interesadas según sus correspondiente roles y responsabilidades.

El marco de gobernanza de Internet es un ecosistema distribuido y coordinado que incluye diversos foros y organizaciones. Debe ser inclusivo, transparente y responsable, y sus estructuras y funciones deben ajustarse a un enfoque que permita la participación de todas las partes interesadas con el fin de que sean tenidos en cuenta los intereses de todos los usuarios de Internet y de quienes todavía no están conectados a la Red.

La implementación de la Agenda de Túnez ha demostrado el valor del modelo de múltiples partes interesadas para la gobernanza de Internet. Se deberían reconocer los valiosos aportes de todas las partes interesadas en pro de la gobernanza de Internet. En vista de las experiencias exitosas de este modelo, se debería continuar con su fortalecimiento, mejora y evolución.

La gobernanza de Internet debería promover el desarrollo sustentable e inclusivo, como también promover los derechos

humanos. La participación debería reflejar la diversidad geográfica e incluir a las partes interesadas de los países en desarrollo, los países menos desarrollados y los pequeños estados insulares en desarrollo.

I. Cuestiones que ameritan la atención de todas las partes interesadas en la futura evolución de la gobernanza de Internet

- 1.** En ocasiones, las decisiones en materia de gobernanza de Internet se adoptan sin la participación significativa de todas las partes interesadas. Es importante mejorar el proceso multisectorial de toma de decisiones y formulación de políticas con el fin de garantizar la plena participación de todas las partes interesadas, teniendo en cuenta los diferentes roles que desempeñan las distintas partes interesadas según las cuestiones a tratar.
- 2.** La cooperación mejorada, tal como se la menciona en la Agenda de Túnez, para el tratamiento de cuestiones de política pública internacional en materia de Internet se debe implementar sobre la base de la prioridad y el consenso. Teniendo en cuenta los esfuerzos realizados por el grupo de trabajo de la Comisión de Ciencia y Tecnología para el Desarrollo (CSTD), es importante que todas las partes interesadas se comprometan a llevar adelante este debate en forma multisectorial.
- 3.** Quienes sean designados para representar a las partes interesadas en los procesos multisectoriales de gobernanza de Internet deberían ser seleccionados mediante procesos democráticos, abiertos y transparentes. Los distintos grupos de partes interesadas deberían autogestionar sus procesos, sobre la base de mecanismos inclusivos, públicos, bien definidos y responsables.
- 4.** Es necesario desarrollar mecanismos de múltiples partes interesadas a nivel nacional, debido a que una parte considerable de las cuestiones de gobernanza de Internet se debería tratar a ese nivel. Los mecanismos nacionales de múltiples partes interesadas deberían ser el nexo entre los debates locales, y las instancias regionales y globales. Por lo tanto, resulta esencial mantener una coordinación y un diálogo fluidos entre estas instancias.
- 5.** Todas las partes interesadas deberían participar de manera significativa en los debates y procesos de toma de decisiones sobre gobernanza de Internet, teniendo presente la equidad geográfica y de género con el fin de evitar disparidades.

6. La capacitación y el empoderamiento mediante herramientas de participación remota y fondos suficientes, y el acceso a información significativa y oportuna, son esenciales para promover una gobernanza de Internet inclusiva y efectiva.

7. Todas las partes interesadas deberían renovar su compromiso de construir una Sociedad de la Información con el eje puesto en las personas, inclusiva y en pro del desarrollo, de conformidad con la definición plasmada en los documentos finales de la CMSI. Por lo tanto, al procurar la mejora del ecosistema de gobernanza de Internet, el eje central debería continuar siendo el desarrollo.

8. Una mejora en la comunicación y coordinación entre las comunidades técnicas y las comunidades no técnicas redundaría en beneficio de los debates sobre gobernanza de Internet, ya que ello permitiría un mejor entendimiento de las implicancias políticas de las decisiones de índole técnica, y de las implicancias técnicas de las decisiones en materia de políticas.

II. Cuestiones relativas a mejoras institucionales

1. Todas las organizaciones con responsabilidades dentro del ecosistema de gobernanza de Internet deberían desarrollar e implementar principios de transparencia, responsabilidad e inclusión. Todas estas organizaciones deberían confeccionar informes periódicos del progreso que han logrado respecto de estas cuestiones y del estado de las mismas. Dichos informes deberían ser de carácter público.

2. Se debería tener presente la posible necesidad de contar con mecanismos para considerar temas y cuestiones emergentes que actualmente no están siendo tratados dentro de los mecanismos de gobernanza de Internet existentes.

3. Es necesario el fortalecimiento del Foro de Gobernanza de Internet (IGF). El Grupo de Trabajo de la Comisión de Ciencia y Tecnología para el Desarrollo de las Naciones Unidas (UN CSTD) sobre las Mejoras del IGF formuló recomendaciones importantes a tal efecto. Se sugiere que estas recomendaciones se hayan implementado para fines de 2015.

Se recomendaron las siguientes mejoras, entre otras:

a. Mejorar los resultados: las mejoras se pueden implementar mediante la inclusión de maneras creativas de presentar resultados/recomendaciones y de analizar opciones en materia de políticas;

- b.** Ampliar el mandato del IGF para que dure más de cinco años por periodo;
- c.** Es esencial garantizar el financiamiento seguro, estable y predecible del IGF, lo cual incluye una mayor cantidad de donantes;
- d.** El IGF debería adoptar mecanismos para promover debates mundiales entre sus reuniones, mediante diálogos entre periodos de sesiones.

El fortalecimiento del IGF permitiría que dicho Foro sirviese como plataforma para debatir tanto cuestiones de larga data como cuestiones emergentes, en pos de identificar posibles maneras de abordar estas cuestiones.

4. La comunicación y la coordinación entre los foros, los grupos de acción y las organizaciones del ecosistema de gobernanza de Internet debería ser adecuada. Los informes periódicos, los enlaces formales y la presentación de retroalimentación en forma oportuna son ejemplos de mecanismos que se podrían implementar a tal efecto. Sería recomendable analizar la opción de crear herramientas para la coordinación de la gobernanza de Internet que permitan la implementación continua de funciones de monitoreo, análisis e intercambio de información.

5. Tras el reciente anuncio, que fuera recibido con agrado, en el cual el gobierno de los Estados Unidos manifiesta su intención de transferir la custodia de las funciones de la IANA, el debate acerca de los mecanismos para garantizar la transparencia y responsabilidad de dichas funciones una vez concluido el rol desempeñado por el gobierno de los Estados Unidos se debe llevar a cabo mediante un proceso abierto, en el cual participen todas las partes interesadas, más allá de las que integran la comunidad de la ICANN.

Actualmente, las funciones de la IANA se desempeñan de conformidad con políticas desarrolladas según los procesos de una variedad de organizaciones y foros. Todo mecanismo que se adopte debería proteger la naturaleza abierta, participativa y desde las bases de dichos procesos de desarrollo de políticas, y garantizar la estabilidad y flexibilidad de Internet. Es aconsejable debatir la relación adecuada entre aspectos políticos y operativos.

Esta transición se debería efectuar cuidadosamente, con el énfasis puesto en mantener la seguridad y estabilidad de Internet, respetando el principio de la participación equitativa de

todos los grupos de partes interesadas y procurando finalizar la transición para septiembre de 2015.

6. Se espera que el proceso de globalización de la ICANN se lleve a cabo con mayor celeridad, lo cual redundará en una organización independiente, verdaderamente internacional y global al servicio del interés público, con mecanismos claros y verificables de responsabilidad y transparencia que cumplan con los requisitos de sus partes interesadas y de la comunidad global.

La representación activa de todas las partes interesadas de todas las regiones dentro de la estructura de la ICANN es un aspecto clave para un proceso de globalización exitoso.

III. Cuestiones relativas a temas específicos de gobernanza de Internet

1. Seguridad y estabilidad

a. Es necesario fortalecer la cooperación internacional sobre temas como jurisdicción y asistencia en el cumplimiento efectivo de la ley para promover la ciberseguridad y prevenir el cibercrimen. Los debates sobre dichos marcos de acción se deberían llevar a cabo en forma multisectorial.

b. Las iniciativas para mejorar la ciberseguridad y abordar las amenazas a la seguridad digital deberían incluir la colaboración apropiada entre los gobiernos, el sector privado, la sociedad civil, y la comunidad técnica. Algunas partes interesadas, como los operadores de redes y los desarrolladores de software, todavía necesitan incrementar su participación en temas de ciberseguridad.

c. Hay espacio para nuevos foros e iniciativas. Sin embargo, no debieran duplicar las estructuras existentes, sino contribuir con las mismas. Todas las partes interesadas deberían procurar aprovechar y mejorar las organizaciones existentes en el área de ciberseguridad. La experiencia de varias de estas organizaciones demuestra que la efectividad de toda iniciativa de ciberseguridad depende de la cooperación entre las distintas partes interesadas, y una sola organización o estructura no puede lograr este tipo de iniciativas.

2. La vigilancia masiva y arbitraria socava la confianza en Internet y en su ecosistema de gobernanza. La obtención y el procesamiento de datos personales por parte de actores tanto estatales como no estatales se debería efectuar de conformidad con la legislación internacional en materia de derechos humanos. Se necesitan más

instancias de diálogo sobre este tema a nivel internacional, en foros como el Consejo de Derechos Humanos y el IGF, con el fin de generar un entendimiento en común de todos los aspectos pertinentes.

3. La capacitación y el financiamiento son requisitos clave para garantizar que las distintas partes interesadas tengan la oportunidad de participar no solo en forma nominal, sino que obtengan el conocimiento y los recursos que les permitan participar de manera efectiva. La capacitación es importante para respaldar el surgimiento de comunidades verdaderamente multisectoriales, sobre todo en regiones donde la participación de algunos grupos de partes interesadas necesita un mayor fortalecimiento.

IV. Puntos a continuar debatiendo después de NETmundial:

En varios aportes de contenido para NETmundial se identificó la siguiente lista no taxativa de puntos que requieren un mejor entendimiento y mayor debate en foros apropiados:

Distintos roles y distintas responsabilidades de las partes interesadas en la gobernanza de Internet, lo cual incluye el significado y la aplicación de "en pie de igualdad".

Cuestiones jurisdiccionales y su relación con la gobernanza de Internet.

Sistemas de referencia e indicadores pertinentes en materia de aplicación de principios de gobernanza de Internet.

Neutralidad de la Red: durante la reunión NETmundial, hubo varios debates fructíferos y significativos sobre la cuestión de la neutralidad de la Red, y se plantearon puntos de vista divergentes respecto de la inclusión del término específico dentro de los principios que integran los resultados. Los principios no incluyen los conceptos de una Internet abierta ni los derechos individuales de libertad de expresión e información. Es importante que continuemos debatiendo una Internet abierta, incluyendo la manera de permitir la libertad de expresión, la competencia, la elección de los consumidores, la transparencia significativa y la gestión apropiada de la Red, y recomendamos que estos temas sean tratados en foros como el próximo IGF.

V. Camino a seguir

Todas las organizaciones, los foros y los procesos del ecosistema de gobernanza de Internet están convocados a tener en cuenta los resultados de NETmundial.

Se espera que las conclusiones y los resultados de NETmundial se incorporen a otros procesos y foros, como el proceso de desarrollo de la agenda posterior al 2015, la reunión CMSI+10 y el IGF, y todos los debates sobre gobernanza de Internet que se lleven a cabo en distintas organizaciones y entidades en todos los niveles.

El seguimiento y los debates de los temas mencionados en este documento deberían generar información que se utilice en el trabajo convocado por las organizaciones y entidades existentes. Dichas organizaciones y entidades están invitadas a presentar informes de su trabajo en las principales reuniones sobre gobernanza de Internet.

Nota de la Secretaría, 25 de abril: se efectuó una edición del texto acordado sobre neutralidad de la Red (Parte 2, Sección IV), sobre la base del texto negociado dentro del Comité Ejecutivo Multisectorial y posteriormente leído cuidadosamente por el Comité Multisectorial de Alto Nivel. Dado el escaso tiempo durante la edición final del documento antes de la ceremonia de clausura, la Secretaría se vio impedida de incluir el texto explicativo que figura a continuación de la viñeta correspondiente a neutralidad de la Red.



April, 24th 2014

Preamble

This is the non-binding outcome of a bottom-up, open, and participatory process involving thousands of people from governments, private sector, civil society, technical community, and academia from around the world. The NETmundial conference was the first of its kind. It hopefully contributes to the evolution of the Internet governance ecosystem.

Introduction

The Global Multistakeholder Meeting on the Future of Internet Governance, also known as NETmundial, is convened to discuss two important issues relevant for the future evolution of the Internet, in an open and multistakeholder fashion:

- 1.** Internet Governance Principles
- 2.** Roadmap for the future evolution of the Internet Governance Ecosystem

The recommendations in this document have been prepared with the view to guiding NETmundial to consensus. This has been a collaborative effort among representatives of all stakeholder groups.

More than 180 contributions have been received from all stakeholders around the globe. Those contributions have been taken as the basis for the elaboration of the recommendations submitted here to the participants of NETmundial towards the development of broad consensus.

The recommendations of NETmundial are also intended to constitute a potentially valuable contribution for use in other Internet governance related fora and entities.

1● Internet governance principles

NETmundial identified a set of common principles and important values that contribute for an inclusive, multistakeholder, effective, legitimate, and evolving Internet governance framework and recognized that the Internet is a global resource which should be managed in the public interest.

Human rights and shared values

Human rights are universal as reflected in the Universal Declaration of Human Rights and that should underpin Internet governance principles. Rights that people have offline must also be protected online, in accordance with international human rights legal obligations, including the International Covenants on Civil and Political Rights and Economic, Social and Cultural Rights, and the Convention on the Rights of Persons with Disabilities. Those rights include, but are not limited to:

Freedom of expression: Everyone has the right to freedom of opinion and expression; this right includes freedom to hold opinions without interference and to seek, receive and impart information and ideas through any media and regardless of frontiers.

Freedom of association: Everyone has the right to peaceful assembly and association online, including through social networks and platforms.

Privacy: The right to privacy must be protected. This includes not being subject to arbitrary or unlawful surveillance, collection, treatment and use of personal data. The right to the protection of the law against such interference should be ensured.

Procedures, practices and legislation regarding the surveillance of communications, their interception and collection of personal data, including mass surveillance, interception and collection, should be reviewed, with a view to upholding the right to privacy by ensuring the full and effective implementation of all obligations under international human rights law.

Accessibility: persons with disabilities should enjoy full access to online resources Promote the design, development, production and distribution of accessible information, technologies and systems on the internet.

Freedom of information and access to information: Everyone should have the right to access, share, create and distribute information on the Internet, consistent with the rights of authors and creators as established in law.

Development: all people have a right to development and the Internet has a vital role to play in helping to achieve the full realization of internationally agreed sustainable development goals. It is a vital tool for giving people living in poverty the means to participate in development processes.

Protection of intermediaries

intermediary liability limitations should be implemented in a way that respects and promotes economic growth, innovation, creativity and free flow of information. In this regard, cooperation among all stakeholders should be encouraged to address and deter illegal activity, consistent with fair process.

Culture and linguistic diversity

internet governance must respect, protect and promote cultural and linguistic diversity in all its forms.

Unified and unfragmented space

internet should continue to be a globally coherent, interconnected, stable, unfragmented, scalable and accessible network-of-networks, based on a common set of unique identifiers and that allows data packets/information to flow freely end-to-end regardless of the lawful content.

Security, stability and resilience of the internet

Security, stability and resilience of the Internet should be a key objective of all stakeholders in Internet governance. As a universal global resource, the Internet should be a secure, stable, resilient, reliable and trustworthy network. Effectiveness in addressing risks and threats to security and stability of the Internet depends on strong cooperation among different stakeholders.

Open and distributed architecture

the Internet should be preserved as a fertile and innovative environment based on an open system architecture, with voluntary

collaboration, collective stewardship and participation, and upholds the end-to-end nature of the open Internet, and seeks for technical experts to resolve technical issues in the appropriate venue in a manner consistent with this open, collaborative approach.

Enabling environment for sustainable innovation and creativity

the ability to innovate and create has been at the heart of the remarkable growth of the Internet and it has brought great value to the global society. For the preservation of its dynamism, Internet governance must continue to allow permissionless innovation through an enabling Internet environment, consistent with other principles in this document. Enterprise and investment in infrastructure are essential components of an enabling environment.

Internet governance process principles

multistakeholder: Internet governance should be built on democratic, multistakeholder processes, ensuring the meaningful and accountable participation of all stakeholders, including governments, the private sector, civil society, the technical community, the academic community and users. The respective roles and responsibilities of stakeholders should be interpreted in a flexible manner with reference to the issue under discussion.

Open, participative, consensus driven governance: The development of international Internet-related public policies and Internet governance arrangements should enable the full and balanced participation of all stakeholders from around the globe, and made by consensus, to the extent possible.

Transparent: Decisions made must be easy to understand, processes must be clearly documented and follow agreed procedures, and procedures must be developed and agreed upon through multistakeholder processes.

Accountable: Mechanisms for independent checks and balances as well as for review and redress should exist. Governments have primary, legal and political accountability for the protection of human rights

Inclusive and equitable: Internet governance institutions and processes should be inclusive and open to all interested stakeholders. Processes, including decision making, should

be bottom-up, enabling the full involvement of all stakeholders, in a way that does not disadvantage any category of stakeholder.

Distributed: Internet Governance should be carried out through a distributed, decentralized and multistakeholder ecosystem.

Collaborative: Internet governance should be based on and encourage collaborative and cooperative approaches that reflect the inputs and interests of stakeholders.

Enabling meaningful participation: Anyone affected by an Internet governance process should be able to participate in that process. Particularly,

Internet governance institutions and processes should support capacity building for newcomers, especially stakeholders from developing countries and underrepresented groups.

Access and low barriers: Internet governance should promote universal, equal opportunity, affordable and high quality Internet access so it can be an effective tool for enabling human development and social inclusion. There should be no unreasonable or discriminatory barriers to entry for new users. Public access is a powerful tool for providing access to the Internet.

Agility: Policies for access to Internet services should be future oriented and technology neutral, so that they are able to accommodate rapidly developing technologies and different types of use.

Open standards

Internet governance should promote open standards, informed by individual and collective expertise and decisions made by rough consensus, that allow for a global, interoperable, resilient, stable, decentralized, secure, and interconnected network, available to all. Standards must be consistent with human rights and allow development and innovation.

2. Roadmap for the future evolution of the internet governance

The objective of this proposed roadmap for the future evolution of Internet governance is to outline possible steps forward in the process of continuously improving the existing Internet governance framework ensuring the full involvement of all stakeholders in their respective roles and responsibilities.

The Internet governance framework is a distributed and coordinated ecosystem involving various organizations and fora. It must be inclusive, transparent and accountable, and its structures and operations must follow an approach that enables the participation of all stakeholders in order to address the interests of all those who use the Internet as well as those who are not yet online.

The implementation of the Tunis Agenda has demonstrated the value of the multistakeholder model in Internet governance. The valuable contribution of all stakeholders to Internet governance should be recognized. Due to the successful experiences this model should be further strengthened, improved and evolved.

Internet governance should promote sustainable and inclusive development and for the promotion of human rights. Participation should reflect geographic diversity and include stakeholders from developing, least developed countries and small island developing states.

I. Issues that deserve attention of all stakeholders in the future evolution of Internet governance.

- 1.** Internet governance decisions are sometimes taken without the meaningful participation of all stakeholders. It is important that multistakeholder decision-making and policy formulation are improved in order to ensure the full participation of all interested parties, recognizing the different roles played by different stakeholders in different issues.
- 2.** Enhanced cooperation as referred to in the Tunis Agenda to address international public policy issues pertaining to the Internet must be implemented on a priority and consensual basis. Taking into consideration the efforts of the CSTD working group on enhanced cooperation, it is important that all stakeholders commit to advancing this discussion in a multistakeholder fashion.

- 3.** Stakeholder representatives appointed to multistakeholder Internet governance processes should be selected through open, democratic, and transparent processes. Different stakeholder groups should self-manage their processes based on inclusive, publicly known, well defined and accountable mechanisms.
- 4.** There is a need to develop multistakeholder mechanisms at the national level owing to the fact that a good portion of Internet governance issues should be tackled at this level. National multistakeholder mechanisms should serve as a link between local discussions and regional and global instances. Therefore a fluent coordination and dialogue across those different dimensions is essential.
- 5.** There should be meaningful participation by all interested parties in Internet governance discussions and decision-making, with attention to geographic, stakeholder and gender balance in order to avoid asymmetries.
- 6.** Enabling capacity building and empowerment through such measures such as remote participation and adequate funding, and access to meaningful and timely information are essential for promoting inclusive and effective Internet governance.
- 7.** All stakeholders should renew their commitment to build a people centered, inclusive and development oriented Information Society as defined by the WSIS outcome documents. Therefore in pursuing the improvements of the Internet governance ecosystem, the focus on development should be retained.
- 8.** Internet governance discussions would benefit from improved communication and coordination between technical and non-technical communities, providing a better understanding about the policy implications in technical decisions and technical implications in policy decision-making.

II. Issues dealing with institutional improvements.

- 1.** All of the organizations with responsibilities in the Internet governance ecosystem should develop and implement principles for transparency, accountability and inclusiveness. All such organizations should prepare periodic reports on their progress and status on these issues. Those reports should be made publicly available.
- 2.** Consideration should be given to the possible need for mechanisms to consider emerging topics and issues that are

not currently being adequately addressed by existing Internet governance arrangements.

3. There is a need for a strengthened Internet Governance Forum (IGF). Important recommendations to that end were made by the UNCSTD working group on IGF improvements. It is suggested that these recommendations will be implemented by the end of 2015.

Improvements should include inter-alia:

a. Improved outcomes: Improvements can be implemented including creative ways of providing outcomes/recommendations and the analysis of policy options;

b. Extending the IGF mandate beyond five-year terms;

c. Ensuring guaranteed stable and predictable funding for the IGF, including through a broadened donor base, is essential;

d. The IGF should adopt mechanisms to promote worldwide discussions between meetings through intersessional dialogues. A strengthened IGF could better serve as a platform for discussing both long standing and emerging issues with a view to contributing to the identification of possible ways to address them.

4. There should be adequate communication and coordination among existing forums, task forces and organizations of the Internet governance ecosystem. Periodic reports, formal liaisons and timely feedbacks are examples of mechanisms that could be implemented to that end. It would be recommendable to analyze the option of creating Internet governance coordination tools to perform on-going monitoring, analysis, and information-sharing functions.

5. In the follow up to the recent and welcomed announcement of US Government with regard to its intent to transition the stewardship of IANA functions, the discussion about mechanisms for guaranteeing the transparency and accountability of those functions after the US Government role ends, has to take place through an open process with the participation of all stakeholders extending beyond the ICANN community.

The IANA functions are currently performed under policies developed in processes hosted by several organizations and forums. Any adopted mechanism should protect the bottom up, open and participatory nature of those policy devel-

opment processes and ensure the stability and resilience of the Internet. It is desirable to discuss the adequate relation between the policy and operational aspects.

This transition should be conducted thoughtfully with a focus on maintaining the security and stability of the Internet, empowering the principle of equal participation among all stakeholder groups and striving towards a completed transition by September 2015.

6. It is expected that the process of globalization of ICANN speeds up leading to a truly international and global organization serving the public interest with clearly implementable and verifiable accountability and transparency mechanisms that satisfy requirements from both internal stakeholders and the global community. The active representation from all stakeholders in the ICANN structure from all regions is a key issue in the process of a successful globalization.

III. Issues dealing with specific Internet Governance topics

1. Security and Stability

a. It is necessary to strengthen international cooperation on topics such as jurisdiction and law enforcement assistance to promote cybersecurity and prevent cybercrime. Discussions about those frameworks should be held in a multistakeholder manner.

b. Initiatives to improve cybersecurity and address digital security threats should involve appropriate collaboration among governments, private sector, civil society, academia and technical community. There are stakeholders that still need to become more involved with cybersecurity, for example, network operators and software developers.

c. There is room for new forums and initiatives. However, they should not duplicate, but add to current structures. All stakeholders should aim to leverage from and improve these already existing cybersecurity organizations. The experience accumulated by several of them demonstrates that, in order to be effective, any cybersecurity initiative depends on cooperation among different stakeholders, and it cannot be achieved via a single organization or structure.

2. Mass and arbitrary surveillance undermines trust in the Internet and trust in the Internet governance ecosystem. Col-

lection and processing of personal data by state and non-state actors should be conducted in accordance with international human rights law. More dialogue is needed on this topic at the international level using forums like the Human Rights Council and IGF aiming to develop a common understanding on all the related aspects.

3. Capacity building and financing are key requirements to ensure that diverse stakeholders have an opportunity for more than nominal participation, but in fact gain the knowhow and the resources for effective participation. Capacity building is important to support the emergence of true multistakeholder communities, especially in those regions where the participation of some stakeholder groups needs to be further strengthened.

IV. Points to be further discussed beyond NETmundial:

Several contributions to NETmundial identified the following non-exhaustive list of points that need better understanding and further discussion in appropriate fora:

- Different roles and responsibilities of stakeholders in Internet governance, including the meaning and application of equal footing.
- Jurisdiction issues and how they relate to Internet governance.
- Benchmarking systems and related indicators regarding the application of Internet governance principles.
- Net neutrality: there were very productive and important discussions about the issue of net neutrality at NETmundial, with diverging views as to whether or not to include the specific term as a principle in the outcomes. The principles do include concepts of an Open Internet and individual rights to freedom of expression and information. It is important that we continue the discussion of the Open Internet including how to enable freedom of expression, competition, consumer choice, meaningful transparency and appropriate network management and recommend that this be addressed at forums such as the next IGF.

V. Way Forward

All the organizations, forums and processes of the Internet governance ecosystem are encouraged to take into account the outcomes of NETmundial.

It is expected that the NETmundial findings and outcomes will feed into other processes and forums, such as the post 2015 development agenda process, WSIS+10, IGF, and all Internet governance discussions held in different organizations and bodies at all levels.

The follow up and future discussions of topics listed in this document should inform work convened by existing entities or bodies. They are invited to report on their works in major Internet governance meetings.

Note from secretariat, April 25th: the agreed text on net neutrality (Part 2, Section IV) had an editorial correction based on the text negotiated in the EMC and then carefully read out, seen and approved by the HLMC. Exiguous time during the final edition before the closing ceremony prevented the Secretariat to include the explanatory text that follows the net neutrality bullet.



DÉCLARATION MULTIPARTITE DE NETMUNDIAL

Le 24 avril 2014

Préambule

La présente déclaration est un document final non contraignant issu d'un processus ascendant, participatif et ouvert auquel ont participé des centaines de personnes appartenant à des gouvernements, au secteur privé, à la société civile, à la communauté technique et à des universités du monde entier. La conférence NETMundial a été une première dans son genre. On espère qu'elle aura contribué à l'évolution de l'écosystème de la gouvernance de l'Internet.

Introduction

La réunion multipartite mondiale sur l'avenir de la gouvernance de l'Internet, dite aussi NETmundial, est convoquée pour engager un dialogue ouvert et multipartite sur deux questions importantes touchant à l'évolution future de l'Internet :

1. les principes pour la gouvernance de l'Internet, et
2. la feuille de route pour l'évolution future de l'écosystème de la gouvernance de l'Internet.

Les recommandations établies dans ce document ont pour but d'aider NETmundial à parvenir à un consensus. Elles sont le fruit d'un travail réalisé en collaboration par les représentants de tous les groupes de parties prenantes.

Plus de 180 contributions ont été envoyées à NETmundial par des parties prenantes du monde entier. Ces contributions ont servi de base à l'élaboration des recommandations que l'on présente ici aux participants de NETmundial en vue de dégager un large consensus.

Les recommandations de NETmundial visent aussi à devenir une contribution potentiellement utile pour les discussions qui ont lieu dans d'autres enceintes et d'autres entités liées à la gouvernance de l'Internet.

1 ● Principes pour la gouvernance de l'internet

Un ensemble de principes communs et de valeurs importantes susceptibles de contribuer à l'élaboration d'un cadre inclusif, multipartite, efficace, légitime et évolutif de la gouvernance de l'Internet ont été identifiés à NETmundial, où l'Internet a été reconnu comme une ressource mondiale qui doit être gérée dans l'intérêt public.

Droits de l'homme et valeurs partagées

Les droits de l'homme, tel qu'établi dans la déclaration universelle des droits de l'homme, sont universels et devraient être à la base des principes pour la gouvernance de l'Internet. Les droits dont les personnes jouissent hors ligne doivent également être protégés en ligne, conformément aux obligations juridiques internationales en matière de droits de l'homme, y compris les Pactes internationaux relatifs aux droits économiques, sociaux et culturels, civils et politiques, et la Convention relative aux droits des personnes handicapées. Ces droits comprennent, entre autres :

la liberté d'expression : tout individu a droit à la liberté d'opinion et d'expression ; ce droit inclut la liberté d'exprimer des opinions sans aucune interférence et de chercher, recevoir et distribuer des informations et des idées par quelque moyen d'expression que ce soit, sans considération de frontières.

la liberté d'association : toute personne a droit à la liberté de réunion et d'association pacifique en ligne, y compris par le biais de plateformes et de réseaux sociaux.

la vie privée : le droit à la vie privée doit être protégé. Cela inclut le droit à ne pas faire l'objet de toute surveillance ou collecte arbitraire et illicite de données personnelles. Le droit à la protection de la loi contre de telles immixtions devrait être assuré.

Les procédures, les pratiques et les lois relatives à la surveillance des communications, à leur interception et à la collecte de données personnelles, y compris la surveillance, l'interception et la collecte de masse devraient être réexaminées à la lumière des droits en matière de vie privée afin d'assurer la mise en œuvre efficace de toutes les obligations découlant de la loi internationale en matière de droits de l'homme.

l'accessibilité : les personnes handicapées devraient avoir pleinement accès aux ressources en ligne. La promotion de la conception, du développement, de la production et de la distribution

d'informations, de technologies et de systèmes accessibles sur Internet devrait être assurée.

la liberté d'information et d'accès à l'information : toute personne devrait avoir droit à accéder, à partager, à créer et à distribuer des informations sur Internet, dans le respect des droits des auteurs et des créateurs établis par la loi.

le développement : tout individu a droit au développement et l'Internet est appelé à jouer un rôle clé dans la réalisation des objectifs internationalement acceptés en matière de développement durable. Il s'agit d'un outil fondamental pour donner aux personnes vivant dans la pauvreté les moyens de participer aux processus de développement.

Protection des intermédiaires

Des limitations de responsabilité des prestataires intermédiaires devraient être mises en place de manière à respecter et à promouvoir la croissance économique, l'innovation, la créativité et la libre circulation des informations. À cet égard, la coopération entre les parties prenantes devrait être promue afin de combattre et de décourager l'activité illégale, dans le cadre de mécanismes équitables.

Diversité culturelle et linguistique

La gouvernance de l'Internet doit respecter, protéger et promouvoir la diversité culturelle et linguistique dans toutes ses formes.

Espace unifié et non morcelé

L'Internet doit rester un réseau de réseaux mondialement cohérent, interconnecté, stable, non morcelé, extensible et accessible, basé sur un ensemble commun d'identificateurs uniques permettant la libre circulation de bout en bout de paquets de données et d'informations, indépendamment de la nature licite de leur contenu.

Sécurité, stabilité et résilience de l'internet

La sécurité, la stabilité et la résilience de l'Internet devraient être un objectif majeur pour toutes les parties prenant part à la gouvernance de l'Internet. En tant que ressource mondiale et universelle, l'Internet devrait être un réseau sûr, stable, résilient et fiable. L'efficacité des réponses apportées aux risques et aux menaces qui pèsent sur la sécurité et la stabilité de l'Internet repose sur la coopération renforcée entre les différentes parties prenantes.

Architecture ouverte et distribuée

L'Internet devrait être préservé comme un environnement fertile et innovateur, basé sur une architecture ouverte et fondé sur la participation, la collaboration volontaire et la supervision collective. La nature « de bout en bout » de l'Internet ouvert devrait être respectée et l'assistance d'experts techniques devrait être recherchée afin de résoudre tout problème technique de manière appropriée, conformément à cette approche ouverte et concertée.

Environnement propice à l'innovation durable et à la créativité

La capacité à innover et à créer a toujours été au cœur de la remarquable croissance de l'Internet et a apporté d'importants avantages à la société à l'échelle mondiale. Pour préserver ce dynamisme, la gouvernance de l'Internet doit continuer à encourager l'innovation sans permission en favorisant un environnement Internet propice, respectueux des principes établis dans le présent document. L'entrepreneuriat et l'investissement en infrastructure sont des composantes fondamentales pour créer cet environnement propice.

Principes pour le processus de gouvernance de l'internet

Multipartite: La gouvernance de l'Internet devrait se fonder sur des processus démocratiques et multipartites, de nature à assurer la participation significative et responsable de toutes les parties prenantes, y compris les gouvernements, le secteur privé, la société civile, la communauté technique, la communauté universitaire et les utilisateurs. Les rôles et les responsabilités des différentes parties prenantes devraient être interprétés de manière souple, en fonction de la question concernée.

Gouvernance ouverte, participative et basée sur le consensus: l'élaboration de politiques publiques internationales et d'arrangements en matière de gouvernance de l'Internet devrait, dans la mesure du possible, être basée sur le consensus et permettre la participation pleine et équilibrée de toutes les parties prenantes à travers le monde.

Transparente: les décisions doivent être faciles à comprendre; les processus doivent être clairement documentés et respecter les procédures approuvées; les procédures doivent être établies et acceptées par le biais de processus multipartites.

Capable de rendre des comptes : des mécanismes de contrôle et d'équilibre indépendants, ainsi que des mécanismes de révision et de recours devraient être prévus. Les gouvernements sont les premiers responsables juridiques et politiques de la protection des droits de l'homme.

Inclusive et équitable : les institutions et les processus qui sont à la base de la gouvernance de l'Internet devraient être inclusifs et ouverts à toutes les parties prenantes intéressées. Les processus, y compris la prise de décisions, devraient être ascendants et permettre la pleine participation de toutes les parties prenantes, de telle sorte qu'aucune catégorie de parties prenantes ne soit défavorisée. Distribuée : la gouvernance de l'Internet devrait être assurée par un écosystème distribué, décentralisé et multipartite.

Concertée : la gouvernance de l'Internet devrait mettre en place des approches de coopération et de collaboration qui permettent de tenir compte des contributions et des intérêts des parties prenantes.

Capable de permettre une participation significative : tout individu concerné par un processus lié à la gouvernance de l'Internet devrait pouvoir participer à ce processus. En particulier, les institutions et les processus qui sont à la base de la gouvernance de l'Internet devraient promouvoir le renforcement des capacités des nouveaux arrivants, notamment des parties prenantes provenant de pays en développement et de groupes sous-représentés. Capable de lever les obstacles à l'accessibilité : la gouvernance de l'Internet devrait promouvoir un accès à Internet universel, équitable, abordable et de bonne qualité afin que celui-ci soit un outil efficace pour le développement humain et l'inclusion sociale. Aucun obstacle injustifié ou discriminatoire ne devrait empêcher l'accès des nouveaux utilisateurs à l'Internet. L'accès public est un outil puissant pour permettre l'accès à Internet.

Agile : les politiques régissant l'accès aux services Internet devraient être de nature prospective et neutres du point de vue technique, afin de pouvoir rapidement s'adapter aux progrès de la technologie et aux différents types d'utilisation.

Normes ouvertes

La gouvernance de l'Internet doit promouvoir des normes ouvertes, basées sur l'expertise individuelle et collective et sur des décisions prises par consensus approximatif dans le but de soutenir un réseau mondial, interopérable, résilient, stable, décentralisé, sûr et interconnecté, disponible pour tous. Les normes doivent être conformes aux droits de l'homme et favoriser le développement et l'innovation.

2. Feuille de route pour l'évolution future de la gouvernance de l'internet

L'objectif de la feuille de route proposée pour l'évolution future de la gouvernance de l'Internet est d'établir les grandes lignes des prochaines étapes envisagées pour le processus d'amélioration continue du cadre de la gouvernance de l'Internet existant afin d'assurer la participation pleine de toutes les parties prenantes, avec leurs responsabilités et leurs rôles respectifs.

Le cadre de la gouvernance de l'Internet est un écosystème distribué et coordonné auquel participent plusieurs organisations et forums. Il doit être inclusif, transparent, responsable et s'appuyer sur des structures et des opérations qui favorisent la participation de toutes les parties prenantes et la prise en compte des intérêts de tous ceux qui bénéficient des services Internet ainsi que de ceux qui ne sont pas encore connectés.

La mise en œuvre de l'agenda de Tunis a démontré l'importance du modèle multipartite pour la gouvernance de l'Internet. L'inestimable contribution de toutes les parties prenantes à la gouvernance de l'Internet doit être reconnue. Compte tenu du succès de ces expériences, ce modèle devrait être renforcé, amélioré et développé.

La gouvernance de l'Internet devrait promouvoir le développement durable et inclusif et les des droits de l'homme. La participation devrait refléter la diversité géographique et inclure des parties prenantes des pays en développement, des pays les moins avancés et des petits États insulaires en développement.

I. Questions qui méritent l'attention de toutes les parties prenantes dans l'évolution future de la gouvernance de l'Internet.

- 1.** Les décisions relatives à la gouvernance de l'Internet sont parfois prises sans la véritable participation de toutes les parties pre-

nantes. Il est important que les processus multipartites de prise de décisions et d'élaboration de politiques soient améliorés afin d'assurer la participation pleine de toutes les parties intéressées, tout en reconnaissant les différents rôles que jouent les différentes parties prenantes dans les différentes questions.

2. La coopération renforcée, tel que prévu dans l'agenda de Tunis, doit être mise en œuvre de manière prioritaire et consensuelle pour répondre à des problèmes de politique publique internationale en matière d'Internet. Dans le cadre des initiatives du groupe de travail de la CSTD en matière de coopération renforcée, il est important que toutes les parties prenantes s'engagent à faire avancer cette discussion de manière multipartite.

3. Les représentants des parties prenantes désignés pour participer aux processus multipartites de gouvernance de l'Internet doivent être sélectionnés par le biais de processus ouverts, démocratiques et transparents. Les différents groupes de parties prenantes doivent autogérer leurs processus à l'aide de mécanismes inclusifs, publiquement connus, bien définis et capables de rendre des comptes.

4. Des mécanismes multipartites doivent être développés au niveau national, car c'est à ce niveau qu'une grande partie des problématiques liées à la gouvernance de l'Internet doivent être abordées. Les mécanismes multipartites nationaux devraient servir de lien entre les discussions locales et les instances régionales et mondiales. D'où la grande importance de la coordination et du dialogue fluide entre ces différentes dimensions.

5. La participation concrète de toutes les parties intéressées aux discussions et à la prise de décisions en matière de gouvernance de l'Internet est nécessaire, avec une attention particulière portée à l'équilibre entre les sexes, à la diversité géographique et à la représentation équitable des groupes de parties prenantes afin d'éviter toute asymétrie.

6. Le renforcement des capacités et l'autonomisation, encouragés par des mesures telles que la participation à distance et des moyens de financement adéquats, ainsi que l'accès à des informations utiles et opportunes sont des éléments essentiels pour promouvoir une gouvernance de l'Internet inclusive et efficace.

7. Toutes les parties prenantes devraient renouveler leur engagement en faveur d'une société de l'information inclusive, focalisée sur les individus et le développement, tel que défini dans les

documents finaux du SMSI. C'est pourquoi, dans l'amélioration de l'écosystème de la gouvernance de l'Internet, une importance particulière doit être accordée au développement.

8. Les discussions sur la gouvernance de l'Internet tireraient avantage de l'amélioration de la communication et de la coordination entre les communautés techniques et non techniques, ce qui permettra de mieux comprendre les implications politiques des décisions techniques et les implications techniques des décisions politiques.

II. questions relatives aux améliorations institutionnelles

1. Toutes les organisations ayant des responsabilités dans l'écosystème de la gouvernance de l'Internet devraient développer et mettre en place des principes de transparence, de reddition de comptes et d'inclusion. Toutes ces organisations devraient préparer des rapports périodiques faisant état de leurs progrès et de leur état d'avancement par rapport à ces différents dossiers. Ces rapports devraient être publiquement disponibles.

2. Une attention particulière devrait être portée à la nécessité éventuelle d'envisager des mécanismes pour aborder des questions et des problèmes émergents auxquels les dispositions existantes en matière de gouvernance de l'Internet n'arrivent pas à donner une réponse adéquate.

3. Un soutien renforcé au Forum sur la gouvernance de l'Internet (FGI) devrait être envisagé. D'importantes recommandations à cet égard ont été faites par le groupe de travail de la Commission des sciences et de la technique au service du développement (CSTD) des Nations Unies sur les améliorations. Il est suggéré que ces recommandations soient mises en œuvre fin 2015.

Ces améliorations devraient inclure, entre autres :

- a.** Des résultats améliorés : grâce à des moyens créatifs d'établir des résultats/recommandations et à l'analyse des options politiques ;
- b.** le prolongement du mandat du FGI au-delà de cinq ans ;
- c.** un financement garanti, stable et prévisible pour le FGI, y compris grâce à l'élargissement de la base de donateurs, est essentiel ;
- d.** l'adoption par le FGI de mécanismes destinés à promouvoir des discussions entre les réunions par le biais de dialogues inter-sessions à l'échelle mondiale.

Un FGI renforcé pourrait servir de plateforme pour discuter de problèmes de longue date ou nouveaux et identifier de possibles solutions.

4. Une communication et une coordination adéquates devraient être assurées entre les forums, les équipes spéciales et les organisations existantes de l'écosystème de la gouvernance de l'Internet. Des rapports périodiques, des liaisons formelles et des retours d'informations opportuns sont autant d'exemples de mécanismes qui pourraient être mis en place à cette fin. Il serait recommandable d'analyser la possibilité de créer des outils de coordination de la gouvernance de l'Internet pour assurer le suivi, l'analyse et le partage d'informations.

5. À la suite de l'annonce, favorablement accueillie, du gouvernement des États-Unis de son intention de transférer la supervision des fonctions IANA, la discussion sur les mécanismes à prévoir pour assurer la transparence et la responsabilité de ces fonctions lorsque le gouvernement des États-Unis s'en sera dessaisi, doit s'appuyer sur un processus ouvert où participent toutes les parties prenantes, au-delà de la communauté de l'ICANN.

Les fonctions IANA sont actuellement assurées conformément à des politiques élaborées à travers des processus établis par plusieurs organisations et forums. Tout mécanisme qui serait adopté devrait protéger la nature ascendante, ouverte et participative de ces processus d'élaboration de politiques et assurer la stabilité et la résilience de l'Internet. Il est souhaitable que la discussion aborde la relation adéquate entre les aspects politiques et opérationnels. Cette transition devra être mise en place de façon réfléchie, en veillant à assurer la sécurité et la stabilité de l'Internet, ainsi que la participation équitable de tous les groupes de parties prenantes. Elle devrait prendre fin en septembre 2015.

6. L'accélération prévue du processus de mondialisation de l'ICANN aboutira à une organisation véritablement internationale et mondiale au service de l'intérêt public, avec des mécanismes de reddition de comptes et de transparence clairement applicables et vérifiables, capables de satisfaire aux exigences des parties prenantes internes et de la communauté mondiale.

La représentation active des parties prenantes de toutes les régions à la structure de l'ICANN est un élément clé pour réussir ce processus de mondialisation.

III. Questions liées à des sujets spécifiques relatifs à la gouvernance de l'Internet

Sécurité et stabilité

a. Il est nécessaire de renforcer la coopération internationale dans des domaines tels que la juridiction et le soutien à l'application des lois pour promouvoir la cybersécurité et éviter le cyberdélit. Les discussions à propos de ces dossiers devraient être de nature multipartite.

b. Les initiatives pour améliorer la cybersécurité et répondre aux menaces en matière de sécurité numérique devraient prévoir une collaboration appropriée entre les gouvernements, le secteur privé, la société civile, l'université et la communauté technique. Certaines parties prenantes doivent encore s'impliquer davantage dans les initiatives relatives à la cybersécurité ; c'est par exemple le cas des opérateurs de réseau et des développeurs de logiciels.

c. De nouveaux forums et initiatives pourraient venir s'ajouter aux structures actuelles, à condition qu'ils ne fassent pas double emploi. Toutes les parties prenantes devraient tenter de s'appuyer sur les organisations existantes dans le domaine de la cybersécurité et de les améliorer. Les enseignements tirés de l'expérience de certaines de ces organisations montrent que l'efficacité d'une initiative en matière de cybersécurité repose sur la coopération entre les différentes parties prenantes et non pas sur le travail d'une seule organisation ou structure.

2. La surveillance massive et arbitraire sape la confiance dans l'Internet et dans l'écosystème de la gouvernance de l'Internet. La collecte et le traitement de données personnelles par des acteurs appartenant ou non à des États devraient respecter les lois internationales en matière de droits de l'homme. Le dialogue à ce sujet doit être renforcé à l'échelle internationale dans des forums tels le Conseil des droits de l'homme et le FGL, afin de parvenir à une communauté de vues sur tous les aspects liés à cette question.

3. Le renforcement des capacités et le financement sont des éléments clés pour permettre aux différentes parties prenantes d'acquérir le savoir-faire et les ressources qui leur donneront l'opportunité réelle de participer aux processus de manière effective. Le renforcement des capacités est important pour

favoriser l'émergence de véritables communautés multipartites, notamment dans des régions où la participation de certains groupes de parties prenantes doit être renforcée.

IV. Questions à approfondir au-delà de NetMundial :

La liste non exhaustive ci-dessus reprend un ensemble de points identifiés dans les contributions envoyées à NETmundial, pour lesquels des discussions complémentaires s'imposent dans des enceintes appropriées :

- les différents rôles et responsabilités des parties prenantes dans la gouvernance de l'Internet, y compris la compréhension et l'application du principe d'égalité de traitement.
- les problèmes de juridiction et leurs implications au niveau de la gouvernance de l'Internet.
- des systèmes d'analyse comparative et des indicateurs concernant l'application des principes de gouvernance de l'Internet.
- Neutralité du Net : des discussions très importantes et productives ont eu lieu sur la question de la neutralité du NET, qui ont fait apparaître des points de vue divergents par rapport à la possibilité d'inclure ce terme dans les principes établis dans le document final. Les principes font référence à des concepts tels que l'Internet ouvert et les droits individuels à la liberté d'expression et d'information. Il est important que le dialogue sur l'Internet ouvert se poursuive et que soit abordée la question de la promotion de la liberté d'expression, la compétition, le choix des consommateurs, la transparence et la gestion appropriée des réseaux. Il est recommandé que ces questions soient traitées dans des forums tels que le prochain FGI.

V. Étapes à suivre

Toutes les organisations, les forums et les processus de l'écosystème de la gouvernance de l'Internet sont encouragés à prendre en compte le résultat final de NET mondial.

Les constatations et les conclusions de NET mondial pourront servir à alimenter d'autres processus et d'autres forums, tels que le processus d'établissement de l'agenda post 2015, le SMSI+10, le FGI et toutes les discussions sur la gouvernance de l'Internet qui ont lieu dans différentes organisations et enceintes à tous les niveaux.

Le suivi de ce travail et les discussions futures sur les sujets abordés dans ce document serviront de base au travail des entités et des organes existants. Ceux-ci sont invités à présenter des rapports sur leur travail à l'occasion des réunions les plus importantes sur la gouvernance de l'Internet.

Note du secrétariat en date du 25 avril : le texte convenu sur la neutralité du Net (partie 2, section IV) a fait l'objet d'une correction éditoriale sur la base du texte négocié dans le Comité exécutif multipartite (EMC), lu à haute voix, vu et approuvé par le Comité multipartite de haut niveau (HLMC). En raison de contraintes de temps, le secrétariat n'a pas eu le temps d'inclure, dans l'édition finale du document préparé avant la cérémonie de clôture, le texte explicatif concernant le point sur la neutralité du Net.



Заявление, сделанное многими заинтересованными сторонами на конференции NETmundial
24 апреля 2014 года

ПРЕАМБУЛА

Настоящий документ, не имеющий обязательной силы, и является результатом работы в рамках процесса по принципам «снизу-вверх», открытости и партисипативности, в который были вовлечены тысячи представителей правительства, частного сектора, гражданского общества, технического сообщества и сферы науки и образования со всего мира. Конференция NETmundial была первой в своем роде. Надеемся на то, что она сделает свой вклад в развитие экосистемы управления интернетом.

ВСТУПЛЕНИЕ

Глобальная конференция заинтересованных сторон по вопросам будущего управления интернетом, также известная под названием NETmundial, была созвана для открытого обсуждения многими заинтересованными сторонами двух важных вопросов, касающихся будущего развития интернета:

- 1.** Принципы управления интернетом,
- 2.** Дорожная карта дальнейшего развития экосистемы управления интернетом

Содержащиеся в этом документе рекомендации были подготовлены с целью помочь NETmundial добиться консенсуса. Они были выработаны совместными усилиями представителей всех групп заинтересованных сторон.

Было получено более 180 предложений по темам обсуждения от заинтересованных сторон со всего мира. Эти предложения были взяты в качестве отправной точки для выработки рекомендаций, представленных здесь на рассмотрение участникам NETmundial для достижения общего консенсуса.

Рекомендации NETmundial также предназначены служить потенциально ценным материалом для использования в форумах и организациях, связанных с управлением интернетом.

1. ПРИНЦИПЫ УПРАВЛЕНИЯ ИНТЕРНЕТОМ

На конференции NETmundial был определен ряд общих принципов и важных ценностей, которые составляют открытую, эффективную, правомерную и развивающуюся концепцию управления интернетом с участием многих заинтересованных сторон. Также и было признано, что интернет – глобальный ресурс, которым необходимо управлять в общественных интересах.

ПРАВА ЧЕЛОВЕКА И ОБЩИЕ ЦЕННОСТИ

Права человека – универсальное понятие, что отражено во Всеобщей декларации прав человека. Принципы управления интернетом должны основываться на них. Права, которые люди имеют вне интернета, должны быть защищены и в интернете в соответствии с международными юридическими обязательствами, определенными различными документами, в частности Международным пактом о гражданских и политических правах и об экономических, социальных и культурных правах и Конвенцией о правах инвалидов. Эти права могут включать, но не ограничены, следующим:

Свобода слова: Каждый человек имеет право на свободу убеждений и на свободное выражение их; это право включает право на беспрепятственную свободу убеждений и на поиск, получение и распространение информации и идей любыми способами и безотносительно границ.

Свобода ассоциаций: Каждый человек имеет право на свободу мирных собраний и ассоциаций в сети, включая социальные сети и платформы.

Невмешательство в личную жизнь: Правона невмешательство в личную жизнь должно быть защищено. Оно включает право не подвергаться произвольной или незаконной слежке, сбору, обработке и использованию персональных данных. Необходимо обеспечить право на защиту в соответствии с положениями о подобном вмешательстве.

Процедуры, практика и законодательство в отношении слежки за обменом информацией, ее перехвата и сбора персональных данных, включая массовую слежку, перехват и сбор, необходимо изучить с тем, чтобы поддерживать

право на невмешательство в личную жизнь посредством обеспечения полной и эффективной реализации всех положений международных прав человека.

Доступность: люди с физическими недостатками должны иметь полный доступ к онлайн-ресурсам наравне с другими. Необходимо продвигать создание, разработку, производство и распределение доступной информации, технологий и систем в интернете.

Свобода информации и доступ к информации: Каждый человек имеет право на доступ, обмен, создание и распространение информации в интернете в соответствии с правами авторов и создателей, определенными законом.

Развитие: каждый человек имеет право на развитие, а интернет играет жизненно важную роль в полной реализации целей устойчивого развития, согласованных на международном уровне. Оно представляет собой жизненно важное средство участия в процессах развития для людей, живущих в бедности.

ЗАЩИТА ПОСРЕДНИКОВ

Ответственность посредников должна ограничиваться таким способом, который уважает и способствует экономическому росту, инновациям, творческому подходу и свободному потоку информации. С этой точки зрения сотрудничество между заинтересованными сторонами следует поощрять для поиска решений в отношении незаконной деятельности и ее предотвращения в соответствии с принципами справедливого процесса.

КУЛЬТУРНОЕ И ЛИНГВИСТИЧЕСКОЕ РАЗНООБРАЗИЕ

Уважение, защита и продвижение культурного и лингвистического разнообразия во всех его проявлениях должно входить в рамки управления интернетом.

ЕДИНОЕ И НЕФРАГМЕНТИРОВАННОЕ ПРОСТРАНСТВО

Интернет должен продолжать быть глобально целостной, взаимосвязанной, стабильной, нефрагментированной, масштабируемой и доступной сетью сетей, функционирующей на основании общего набора уникальных элементов и обеспечивающей возможность сквозного беспрепятственного

обмена пакетами данных/потока информации вне зависимости от степени законности контента.

БЕЗОПАСНОСТЬ, СТАБИЛЬНОСТЬ И ОТКАЗОУСТОЙЧИВОСТЬ ИНТЕРНЕТА

Обеспечение безопасности, стабильности и отказоустойчивости интернета должно быть ключевой целью всех заинтересованных сторон в отношении управления интернетом. Интернет, как универсальный глобальный ресурс, должен оставаться безопасной, стабильной, отказоустойчивой сетью, которой можно доверять. Эффективное решение проблем риска и угроз безопасности и стабильности интернета основано на тесном сотрудничестве разных заинтересованных сторон.

ОТКРЫТАЯ И РАСПРЕДЕЛЕННАЯ АРХИТЕКТУРА

Интернет следует сохранить как плодотворную и инновационную среду, основанную на принципах архитектуры открытых систем, добровольного сотрудничества, коллективной координации и участия, которая поддерживает сквозную природу открытой сети, а также привлекает технических экспертов для решения технических проблем в надлежащих точках таким образом, который соответствует этому открытому подходу, основанному на сотрудничестве.

ОБЕСПЕЧЕНИЕ УСЛОВИЙ ДЛЯ УСТОЙЧИВЫХ ИННОВАЦИЙ И ТВОРЧЕСТВА

Возможность инноваций и творчества всегда находилась в самом центре поразительного роста интернета, что было очень полезно для всего глобального общества. Для сохранения этого динамизма, управление интернетом должно продолжать обеспечивать возможность беспрепятственных инноваций через обеспечение интернет-среды, соответствующей другим принципам настоящего документа. Ключевыми компонентами обеспечения надлежащей интернет-среды являются предпринимательство и капиталовложения в инфраструктуру.

ПРИНЦИПЫ ПРОЦЕССА УПРАВЛЕНИЯ ИНТЕРНЕТОМ

есованных сторон: Управление интернетом должно строиться на принципах демократических процессов, основанных на участии многих заинтересованных сторон, с одновременным

обеспечением значимого и подотчетного участия всех заинтересованных сторон, включая правительства, частный сектор, гражданское общество, техническое сообщество, сферу науки и образования и пользователей. Соответствующие роли и обязанности заинтересованных сторон должны иметь гибкие толкования, соотносящиеся с конкретными вопросами, находящимися на рассмотрении.

Открытое, партисипативное управление, реализуемое на основании консенсуса: Разработка международной государственной политики в отношении интернета и организация управления интернетом должна обеспечивать возможность полного и сбалансированного участия всех заинтересованных сторон всего мира, достигаемого, насколько это возможно, при наличии консенсуса.

Прозрачность: Решения должны быть понятны, процессы – четко документированы и следовать согласованным процедурам, а сами процедуры – разрабатываться и согласовываться в рамках процесса с участием многих заинтересованных сторон.

Отчетность: Должны существовать независимые механизмы сдержек и противовесов, а также проверок и методов корректировки. Правительства несут основную, юридическую и политическую ответственность за защиту прав человека.

Открытость для всех и справедливость: Институты и процессы управления интернетом должны быть открыты для всех заинтересованных сторон. Процессы – и сюда входит принятие решений – должны развиваться по принципу «снизу-вверх», обеспечивать возможность полноценного участия всех заинтересованных сторон, при этом не ставя в невыгодное положение ни одну категорию заинтересованных сторон.

Распределенность: Управление интернетом должно осуществляться в рамках распределенной и децентрализованной экосистемы с участием многих заинтересованных сторон.

Сотрудничество: Управление интернетом должно базироваться на и поощрять подходы, основанные на сотрудничестве и отражающие вклад и интересы всех заинтересованных сторон.

Обеспечение значимого участия: Все, на ком сказывается процесс управления интернетом, должны иметь возможность участвовать в этом процессе. В частности, институты и процессы управления интернетом должны обеспечивать наращивание возможностей для начинающих, особенно для заинтересованных сторон из развивающихся стран и недостаточно представленных групп.

Доступность и низкие барьеры: Управление интернетом должно способствовать универсальности, общедоступности, дешевизне и высокому качеству пользования интернетом с тем, чтобы он был эффективным инструментом обеспечения развития человека и социальной интеграции. Не должно быть необоснованных и дискриминационных барьеров для вступления новых пользователей. Общедоступность представляет собой мощный инструмент обеспечения доступа в интернет.

Гибкость: Политика обеспечения доступа к услугам интернета должна быть ориентирована на будущее и быть технологически нейтральной для того, чтобы создавать условия для быстро развивающихся технологий и различных типов пользования ими.

ОТКРЫТЫЕ СТАНДАРТЫ

Управление интернетом должно продвигать открытые стандарты с учетом индивидуальных и коллективных знаний и опыта, а также решений, принимаемых на основании грубого консенсуса и обеспечивающих существование уникальной, интероперабельной, отказоустойчивой, стабильной, децентрализованной, безопасной и взаимосвязанной сети, доступной всем. Стандарты должны быть в согласии с правами человека и обеспечивать возможность развития и инноваций.

2. ДОРОЖНАЯ КАРТА ДАЛЬНЕЙШЕГО РАЗВИТИЯ ЭКОСИСТЕМЫ УПРАВЛЕНИЯ ИНТЕРНЕТОМ

Цель предлагаемой дорожной карты дальнейшего развития экосистемы управления интернетом – очертить последовательность шагов, направленных на постоянное совершенствование существующей концепции управления интернетом при одновременном полномасштабном привлечении всех заинтересованных сторон в их соответствующих ролях в рамках исполнения их обязанностей.

Концепция управления интернетом представляет собой распределенную и координируемую экосистему, в которой участвуют различные организации и форумы. Она должна быть открытой для всех, транспарентной и подконтрольной, а ее структуры и операции должны обеспечивать возможность участия всех заинтересованных сторон для защиты интересов всех кто уже пользуется интернетом, а также тех, кто в интернет еще не вышел.

Реализация Тунисской программы продемонстрировала ценность модели с участием многих заинтересованных сторон в управлении интернетом. Следует признать ценность вклада всех заинтересованных сторон в управление интернетом. Положительный опыт реализации модели следует далее укреплять, совершенствовать и развивать.

Управление интернетом должно продвигать принципы устойчивого развития, открытого для всех и способствующего осуществлению прав человека. Участие должно отражать географическое многообразие и включать заинтересованные стороны из развивающихся и наименее развитых стран, а также из малых островных развивающихся государств.

I. Вопросы, заслуживающие внимания всех сторон, заинтересованных в дальнейшей эволюции управления интернетом.

- 1.** Решения, касающиеся управления интернетом, иногда принимаются без существенного участия всех заинтересованных сторон. Важно улучшить процедуры принятия решений

и разработки политики многими заинтересованными сторонами для обеспечения полномасштабного участия всех заинтересованных сторон, с признанием неодинаковых ролей, которые играют разные заинтересованные стороны в решении различных вопросов.

2. Упрочение сотрудничества в рамках определения, данного Тунисской программой для решения вопросов международной общественной политики в отношении интернета – приоритетная задача, которая требует реализации на основании консенсуса. Принимая во внимание работу Комиссии ООН по науке и технике в целях развития по упрочению сотрудничества важно, чтобы все заинтересованные стороны взяли обязательство по продвижению этой дискуссии по принципам участия многих заинтересованных сторон.

3. Представители заинтересованных сторон, которым поручено участвовать в процессах управления интернетом по принципу участия многих заинтересованных сторон, должны отбираться в рамках открытых, демократических и прозрачных процессов. Разные группы заинтересованных сторон должны управлять своими процессами самостоятельно на основании механизмов, которые открыты для всех, известны всем, хорошо определены и обеспечивают подконтрольность.

4. Существует необходимость развивать механизмы работы по принципу участия многих заинтересованных сторон на национальном уровне в связи с тем, что большую долю вопросов, связанных с управлением интернетом, следует решать именно на этом уровне. Национальные механизмы работы по принципу участия многих заинтересованных сторон должны стать связующим звеном между обсуждениями вопроса на локальном уровне и на региональном и глобальном уровнях. Следовательно, хорошо организованная координация и диалог между разными уровнями имеют критическое значение.

5. Требуется значимое участие всех сторон, заинтересованных в обсуждении вопросов управления интернетом, и принятия решений с учетом географического и гендерного представительства, а также присутствия заинтересованных сторон во избежание асимметрии.

6. Для продвижения открытой для всех и эффективной системы управления интернетом, имеет важное значение

наращивание и расширение возможностей посредством таких мер, как удаленное участие и надлежащий уровень финансирования, а также доступ к значимой и своевременной информации.

7. Всем заинтересованным сторонам следует заново заявить о своих обязательствах по созданию ставящего во главу угла интересы человека, открытого для всех и нацеленного на развитие информационного общества, как это было определено итоговыми документами Всемирной встречи на высшем уровне по вопросам информационного общества. Следовательно, в рамках совершенствования экосистемы управления интернетом, необходимо продолжать направлять свои усилия на обеспечение цифрового развития.

8. Обсуждение вопроса управления интернетом выиграет от совершенствования взаимодействия между техническими и нетехническими сообществами и координации их работ, что в свою очередь может обеспечить более четкое понимание того, каким образом изменения в политике отражаются на технических решениях, а технические решения – на разработке политики.

II. Вопросы, связанные с усовершенствованием организации работы.

1. Все организации, имеющие обязательства в экосистеме управления интернетом, должны разработать и реализовать принципы обеспечения прозрачности, отчетности и открытости для всех. Все подобные организации должны составлять периодические отчеты о проделанной работе и состоянии дел по этим вопросам. Эти отчеты будут общедоступны.

2. Следует изучить возможную необходимость разработать механизмы изучения новых тем и проблем, для которых отсутствуют решения в рамках существующей организации управления интернетом.

3. Есть необходимость в укреплении Форума по управлению интернетом (IGF). Рабочая группа Комиссии ООН по науке и технике по укреплению Форума по управлению интернетом сделала важные рекомендации в этом направлении. Эти рекомендации предлагается реализовать к концу 2015 года.

Среди прочего, следует:

a. Усовершенствовать результаты: Усовершенствования могут быть реализованы при помощи творческих путей предоставления информации о результатах/рекомендаций и анализа вариантов разработки политики:

b. Продлить пятилетний срок мандата IGF;

c. Жизненно важно обеспечить гарантированно стабильное и предсказуемое финансирование IGF, включая расширение донорской базы;

d. IGF должен принять механизмы, которые способствуют проведению обсуждений в промежутках между конференциями посредством диалогов между встречами. Укрепленный IGF может более стать более совершенной платформой для обсуждения давно существующих и новых проблем с целью помочь в выявлении возможных путей их разрешения.

4. Необходимо иметь надлежащий уровень взаимодействия и координации работы различных существующих форумов, оперативных рабочих групп и организаций экосистемы управления интернетом. Периодические отчеты, официальные представители и своевременные отзывы – примеры механизмов, которые можно реализовать в этих целях. Рекомендуется проанализировать вариант создания инструментов для сотрудничества в сфере управления интернетом в целях осуществления функций постоянного контроля, анализа и обмена информацией.

5. По результатам объявления, недавно сделанного правительством США в отношении передачи координирующей роли в осуществлении функций IANA и получившего положительный отклик, обсуждение механизмов гарантии прозрачности и подотчетности в отношении этих функций после того, как правительство США прекратит осуществление этих функций, должно проходить в рамках открытого процесса с участием всех заинтересованных сторон, включая стороны за пределами сообщества ICANN.

Сейчас функции ICANN исполняются в соответствии с политикой, разработанной в рамках процессов,

обеспечиваемых несколькими организациями и форумами. Любой принятый в результате механизм должен защищать принципы действия «снизу-вверх», открытости для всех и партисипативной сущности процессов разработки политики и обеспечивать стабильность и отказоустойчивость интернета. Желательно обсудить надлежащее взаимодействие между аспектами, связанными с определением политики и оперативной деятельностью. Этот процесс передачи функций должен быть тщательно проработан, при чем необходимо будет уделить особое внимание поддержанию безопасности и стабильности интернета, расширению возможностей принципа равноправного участия всех групп заинтересованных сторон и стремлению завершить процесс передачи функций к сентябрю 2015 года.

6. Ожидается, что процесс глобализации ICANN ускорится и приведет к созданию по-настоящему международной и глобальной организации, которая будет действовать в общественных интересах, а также иметь поддающиеся проверке механизмы подотчетности и прозрачности, удовлетворяющие требованиям как внутренних заинтересованных сторон, так и глобального сообщества. Активное представительство всех заинтересованных сторон из всех регионов в структуре ICANN – ключевой аспект процесса успешной глобализации.

III. Вопросы в отношении конкретных тем управления интернетом

Безопасность и стабильность

a. Важно продолжать работать над укреплением международного сотрудничества по таким темам, как юрисдикция и помощь со стороны правоохранительных органов в целях продвижения кибербезопасности и предотвращения киберпреступности. Эти концепции следует обсуждать с участием многих заинтересованных сторон.

b. Инициативы по усовершенствованию кибербезопасности и решению проблемы угроз цифровой безопасности

должны осуществляться на основании надлежащего сотрудничества между правительствами, частным сектором, гражданским обществом, сферой науки и образования и техническим сообществом. Некоторым заинтересованным сторонам следует более активно участвовать в вопросах, связанных с кибербезопасностью, например, сетевым операторам и разработчикам программного обеспечения.

с. Есть место для новых форумов и инициатив, но они должны не дублировать существующие структуры, а дополнять их. Все заинтересованные стороны должны стараться использовать и улучшать эти уже существующие организации по обеспечению кибербезопасности. Опыт некоторых из них показал, что для обеспечения эффективности, все инициативы по кибербезопасности должны быть основаны на сотрудничестве между различными заинтересованными сторонами, при чем этого невозможно добиться силами одной организации или структуры, действующей в одиночку.

2. Массовая и произвольная слежка подрывает доверие к интернету и к экосистеме управления интернетом. Сбор и обработка персональных данных государственными и негосударственными субъектами должны выполняться в соответствии с положениями международных законов о защите прав человека. Необходимо продолжить диалог на эту тему на международном уровне в рамках таких форумов, как Совет по правам человека и IGF, с целью выработки общего понимания всех сопряженных аспектов.

3. Нарастание возможностей и финансирование играют ключевую роль в предоставлении возможности различным заинтересованным сторонам принимать не просто номинальное участие, а развивать знания и приобретать ресурсы для эффективного участия. Важно наращивать возможности для поддержки появления сообществ с настоящими возможностями участия многих заинтересованных сторон, особенно в регионах, где степень участия некоторых групп заинтересованных сторон требует дальнейшего укрепления.

IV. Темы, подлежащие дальнейшему обсуждению за рамками конференции NETmundial

В нескольких предложениях о темах обсуждения на конференции NETmundial упоминался следующий неполный перечень тем, которые требуют более полного понимания и дальнейшего обсуждения в соответствующих форумах:

- Различные роли и обязанности заинтересованных сторон в системе управления интернетом, включая значение и применение принципов равноправия.
- Вопросы юрисдикции и то, каким образом они соотносятся с управлением интернетом.
- Системы бенчмаркинга и связанные с ними индикаторы применения принципов управления интернетом.
- Сетевой нейтралитет: На конференции NETmundial прошло очень продуктивное и важное обсуждение вопроса сетевого нейтралитета, при чем мнения о том, следует ли включить сам термин в качестве принципа в итоговом документе, разделились. Принципы включают концепции открытого интернета и индивидуальных прав на свободу слова и свободу обмена информацией. Важно продолжить обсуждение темы открытого интернета, включая способы обеспечения свободы слова, конкуренции, пользовательского выбора, значимой транспарентности и надлежащего управления сетью и рекомендовать обсуждение этих тем на таких форумах, как следующий IGF.

V. Дальнейшие шаги

Всем организациям, форумам и процессам экосистемы управления интернетом предлагается принять во внимание результаты работы конференции NETmundial.

Ожидается, что выводы и результаты работы конференции NETmundial найдут свое отражение в других процессах и форумах, например в рамках процесса, связанного с повесткой дня в области развития после 2015, Совещания по десятилетнему обзору итогов Всемирной встречи на высшем уровне по вопросам информационного общества (WSIS+10), IGF и всех обсуждений вопросов управления интернетом, проходящих в различных организациях и органах на всех уровнях.

Обсуждения тем, перечисленных в настоящем документе в их развитие, а также последующие обсуждения, должны отразиться на работе существующих образований и организаций. Им предлагается представлять отчеты о проделанной ими работе на крупных конференциях по управлению интернетом.

От секретариата, 25 апреля: в согласованную формулировку текста о сетевом нейтралитете (Часть 2, Раздел IV) была внесена редакторская правка на основании формулировки, по которой достиг договоренности Исполнительный комитет с участием многих заинтересованных сторон, и которая затем была тщательно зачитана вслух, засвидетельствована и одобрена Комитетом высокого уровня с участием многих заинтересованных сторон. В связи с тем, что время на внесение окончательных правок было ограничено началом церемонии закрытия, Секретариат не смог включить пояснительный текст, следующий за пунктом маркированного списка о нейтральности сети.



NETmundial多利益相关方声明

2014年4月24日

巴西当地时间：19:31时

序言

本文是通过自上而下、公开开放的参与流程而起草的一份不具法律约束性的成果文件，涉及了来自全球各国政府、私营部门、公民社会、技术社群和学术界的上千名参会人员。NETMUNDIAL可谓是为这类会议开创了先河。人们希望这次会议也能为互联网治理生态系统的进一步发展做出贡献。

简介

互联网治理的未来——全球多利益相关方会议（即NETMUNDIAL大会）的召开旨在通过开放式的多利益相关方的形式讨论与互联网未来发展相关的两大重要议题。

1. 互联网治理原则，和
2. 互联网治理生态系统未来发展的路线图。

本文件中所提出的建议旨在引导NETMUNDIAL大会讨论达成共识。来自所有利益相关方团体的各界人士均参与到了本次合作中来。

我们从全球收到了所有利益相关方提出的180多份内容贡献提案。这些内容贡献提案则是提交给NETMUNDIAL参会人员的建议的基础，从而达成范围更广的共识意见。

NETMUNDIAL大会建议旨在作为一项有益贡献，用于其他互联网治理领域的讨论和相关实体的工作。

1●互联网治理原则

NETMUNDIAL确定了一系列常见原则和重要价值观，旨在为创建一个兼容并蓄、合法有效、与时俱进的多利益相关方互联网治理框架而作出贡献，并认识到互联网是一项全球性的资源，其治理应当符合公众的利益。

人权和共同价值观

人权是指《世界人权宣言》中列出的通用人权，这些内容应当作为互联网治理原则的基础。网络之外人们拥有的权利也必须能够在网络内部得到保护，并遵循国际人权的法定义务，包括：《公民及政治权利国际公约》、《经济社会文化权利国际公约》和《残疾人权利国际公约》。这些权利包括但不限于以下内容：

言论自由：每个人都拥有发表意见和言论的自由；这一权利包括不受任何干涉持有某种观点的自由；在不受任何国界的限制下，通过任何媒体寻求、接收或传播信息和理念的权利。

结社自由：每个人都有权在网上采取和平的方式进行集会或结社，包括使用社交网络和平台做为媒介。

隐私性：隐私权必须得到保护。包括：个人数据不会受到专制或非法监管、搜集、处置和使用。此外，还应对反对这类干涉的法律加以维护。

通信监管的流程、实践和立法，以及对个人数据的拦截和搜集，包括大规模监管、拦截和搜集等活动必须得到审核，从而维护隐私权，确保按照国际人权法充分地履行所有义务。

可访问性：残障人士也应能够充分享受在线资源。应当促进互联网上可访问的信息、技术与系统的设计、开发和生成。

信息获取和访问自由：每个人都有权按照法律要求，在不侵犯作者和创建者的权利时，在互联网上访问、分享、生成和传播信息。

发展：所有人均拥有发展的权利，而互联网在帮助充分实现国际公认的可持续发展目标的过程中扮演着关键的角色。互联网是能够使贫困人士也能参与发展流程的重要工具。

保护中间机构

在确定中间机构责任限制时应当尊重和促进经济发展、创新、创意和信息的自由流动。因此，应当鼓励所有利益相

关方进行合作，从而应对并阻止非法活动，实现流程上的公平公正。

文化和语言多样性

互联网治理必须尊重、保护和促进各种形式的文化和语言多样性。

统一完整的空间

互联网应基于一系列统一的唯一标识符系统，不论内容是否合法，该系统均能实现数据包/信息端对端的自由流动，继而发展成为一个全球统一、相互连通、稳定完整、层次分明、易于访问的由各大网络构建而成的网络。

互联网的安全性、稳定性和弹性

互联网的安全、稳定和弹性应是互联网治理议题下所有利益相关方期待实现的关键目标。作为通用全球性资源，互联网应当是一个安全、稳定、富有弹性、可靠且值得信赖的网络。有效处理影响互联网的安全和稳定的各项风险和威胁取决于各利益相关方之间的紧密合作。

开放和分散式的架构

互联网应基于一套开放式的系统架构，从而保护这一蓬勃发展、充满创意的环境；通过自愿合作、集体管理与参与，维护开放互联网的端对端服务性质；在解决技术问题时，秉承着开放合作的精神，在适当的场合下寻求专家的意见。

构建鼓励创新和创意的环境

创新和创意能力在互联网的发展过程中一直处于重要的核心位置，为全球社会带来了巨大的价值。为了保护互联网的活力，互联网治理必须在整个互联网环境中鼓励不受限制的创新活动，并遵循本文件中列出的其他原则。在这种环境下，企业和基础设施投资是至关重要的成分。

互联网治理流程原则

多利益相关方：互联网治理必须建立在民主的多利益相关方流程之上，确保所有利益相关方，包括各国政府、私营部门、公民社会、技术社群、学术社群和用户都能

秉着负责的态度，有益地参与进来。利益相关方们各自扮演的角色和所需承担的责任应在讨论话题之下采取灵活的方式加以解释。

开放性、参与性、以共识为基础的治理：与互联网相关的国际公共政策的制定和互联网治理的安排应能在尽可能达成共识的基础上，使得来自全球的所有利益相关方均能充分并平衡地参与进来。

透明度：决策必须易于理解，流程必须清晰明确，并遵循共识流程，且规程的制定和确立必须基于多利益相关方的流程。

问责制：必须确立用于相互制衡、审核和调整的各项机制。各国政府在保护人权方面拥有首要合法的政治问责权利。

兼容并蓄和公正公平：互联网治理机制和流程应能包容所有利益相关方，并对其开放。流程，包括决策机制，应采取所有利益相关方均能全面参与进来的自下而上的方式，对任何一类利益相关方来说都不能有失偏颇。

分散式：互联网治理应在分散分权的多利益相关方生态系统中进行。

合作性：互联网治理应基于并鼓励集合与合作的方式，从而反映各利益相关方的建议和利益。

促进有益参与：任何受到互联网治理流程影响的人均能参与到这一流程中来。特别地，互联网治理机构和流程应能注重新成员的能力培养，特别是关注来自发展中国家和代表不够充分的团体的利益相关方。

可访问性和低门槛：互联网治理应能促进实现普遍、平等、廉价和优质的互联网访问服务，使其成为促进人类发展和社会融合的有益工具。对于新用户来说，不应设有不合理的、或是歧视性的进入门槛。公共访问是确保互联网访问服务的一项有力工具。

灵活性：访问互联网服务的政策应考虑到未来的趋势，采用中性技术，应对快速发展的技术和不同类型的使用方式。

开放性标准：

互联网治理应能推广开放性的标准，基于个人和集体专业技术和共识决策，从而向所有人奉上一个全球互用、稳定而富有弹性、分散分权、安全互联的网络。标准必须符合人权，并允许发展与创新。

2●互联网治理生态系统进一步发展的路线图

本互联网治理未来发展拟定路线图的宗旨在于：在持续促进现有互联网治理框架，确保所有利益相关方能够各司其职、有效参与时，勾勒出一些未来可能的前进方向。

互联网治理框架是一个分散而相互协调的生态系统，涉及各类组织和领域的参与。该体系必须是兼容并蓄、透明负责的，其架构和运营必须能够使所有利益相关方参与进来，从而符合互联网用户和非互联网用户的利益。

《突尼斯议程》的推行展示了多利益相关方模型在互联网治理体系中的价值。所有利益相关方对互联网治理所做的积极贡献均应得到认可。鉴于现有的成功经验，这一模型应当得到进一步的加强与发展。

互联网治理应能促进兼容并蓄的可持续发展，并能进一步促进人权。合作参与过程应能反映各个地域的多样性，包括来自发展中国家、欠发达国家和发展中小岛国的利益相关方。

I. 在互联网治理未来发展事务中值得所有利益相关方关注的问题

1.互联网治理的决策制定有时并未得到所有利益相关方的有益参与。因此，必须改善多利益相关方的决策机制和政策制定流程，从而确保所有利益相关方的全面参与，认识到不同利益相关方在不同问题中所扮演的角色。

2.通过加强推行《突尼斯议程》方面的合作来应对与互联网相关的国际公共政策问题，这一流程必须获得各方的共识，并在推行时优先考虑。重要的是，考虑到科学和技术促进发展委员会（CSTD）工作组在加强合作方面所做的努力，所有利益相关方必须承诺采取多利益相关方的模式来推进这一讨论。

3.多利益相关方互联网治理流程中任命的利益相关方代表必须通过公开、民主而透明的流程而选取。不同利益相关方团体应采取包容、公开、明确和负责的机制自行管理各自的流程。

4.鉴于许多互联网治理问题均需在国家层面上加以解决，因此有必要在国家层面上建立一套多利益相关方机制。国家层级的多利益相关方机制应是当地讨论、地区

和全球性讨论中的一个联结点。因此，不同维度之间的顺畅合作和对话也是至关重要的。

5.在互联网治理的讨论和决策过程中，所有利益相关方均应能获得有益参与的机会，并关注地域、利益相关方的类型和性别平衡，防止失衡。

6.通过以下方式促进能力培养与加强工作：远程参与、充足的资金援助、访问及时发布的有益信息，这些对于促进互联网治理的兼容性和有效性是至关重要的。

7.按照信息社会世界峰会的协商成果文件的要求，所有利益相关方必须再次承诺建立一个以人为中心的、兼容并蓄的、以发展为导向的信息社会。因此，在改善互联网治理生态系统的过程中，仍将以发展为核心。

8.通过加强技术社群和非技术社群之间的交流与协调，互联网治理讨论将获益匪浅，帮助人们更好地理解技术决策中的政策影响和政策决策中的技术影响。

II. 与机构改良相关的问题。

1.负责互联网治理生态系统的所有组织均应制定并推行透明、负责和兼容并蓄的原则。所有组织均应就这些问题的工作进程与状态定期编制报告。所有报告应公开发布。

2.对于现有互联网治理设置中尚未充分处理的新兴话题和问题，必须考虑是否需要制定相关机制。

3.需要加强互联网治理论坛（IGF）。联合国科学和技术促进发展委员会（UN CSTD）互联网治理论坛改进工作组对此提出了重要的建议。人们建议将在2015年底推行这些建议。

这些改进事项包括：

a.成果改良：通过富有创意的方式提交成果/建议和政策项目分析，进一步加强改进工作；

b.将互联网治理论坛指令的时限拓展到5年以上；

c.确保互联网治理论坛获得已担保的、稳定的、可预测的融资（包括扩大捐献基础）是至关重要的；

d.互联网治理论坛应采纳相关机制，通过会议期间举行的对话，促进会议之间的全球性讨论。

改进后的互联网治理论坛将搭建一个平台，服务于对长期问题和新兴问题的讨论，从而寻找解决问题的方式。

4.因此现有论坛、任务组和互联网治理生态系统的组织之间应当存在充分的交流与协调。定期报告、正式联络和及时反馈均是这方面可以推行的机制范例。建议对设立互联网治理协调工具的方式加以分析，从而提供持续性监督、分析和信息共享等功能。

5.美国政府发表声明即将移交对IANA职能的管理权，此举获得了公众的普遍欢迎。紧接着，有关美国政府职能结束后如何确立保证问责制和透明度的机制的讨论正紧锣密鼓地拉开。这类讨论必须采取开放公开的形式进行，且ICANN社群内外的所有利益相关方均应参与进来。

IANA的职能目前遵循按照多家组织和论坛流程而制定的政策。任何采纳的机制必须保护自下而上、公开开放的参与式政策制定流程，并确保互联网的稳定与弹性。同时，人们还期望讨论政策和运营之间的充分联系。

本次移交工作应得到慎重的考量，重点在于维护互联网的安全和稳定，鼓励所有利益相关方均能平等参与的原则，致力于在2015年9月实现全面移交。

6.预计，ICANN全球化的进程将得到快速推进，使其成为一家真正意义上的国际性和全球性公益组织，采用清晰明确的可推行、可验证的问责与透明机制，满足内部利益相关方和全球社群的需求。

ICANN组织内部来自各个地区的所有利益相关方的积极参与是成功实现ICANN全球化进程的关键。

III. 与具体互联网治理主题相关的问题

1.安全与稳定

a.有必要继续加强国际合作来处理以下问题，例如：促进网络安全和防止网络犯罪方面在司法管辖区内和执法方面所获得的援助。针对这些框架的讨论应当通过多利益相关方的方式完成。

b.在改善网络安全计划、应对数字安全威胁方面，各国政府、私营部门、公民社会、学术界和技术社群之间应当进行适当的合作。有些利益相关方还应进一步参与维护网络安全的工作，例如：网络运营商和软件开发商等。

c.现仍有空间启动新的论坛和计划。但它们不应重复已有内容，而应为现有架构添砖加瓦。所有利益相关方应致力于利用并改善现有的网络安全组织。他们积累的经验显示，为了保持高效，任何网络安全计划均需依赖不同利益相关方之间的合作，而无法通过单一组织或架构而实现。

2.大规模强制性监管将威胁人们对互联网和互联网治理生态系统的信任。国家和非国家机构对个人数据的搜集和处理必须遵循国际人权法。在这一主题上还须启动更多的国际性对话，使用人权理事会和互联网治理论坛等平台，致力于在所有相关领域上达成共识。

3. 能力培养和资金援助是确保来自不同背景的利益相关方有机会真正参与进来的关键，使得他们不仅仅只是在名义上的参与，而是真正能够获得专有技术和相关资源，实现有效参与。能力培养对于支持真正意义上的多利益相关方社群的崛起起着重要的作用，特别是在那些还须加强利益相关方合作的地区。

IV. NETmundial大会讨论之外还须继续讨论的问题：

许多向NETmundial大会提交的内容贡献提案中指出了以下一些需要在适当场合进一步加强理解和讨论的内容（本清单并未穷尽所有内容）：

- 在互联网治理生态系统中，利益相关方所扮演的不同角色和职责，包括平等参与的实际意义和应用。
- 司法管辖问题，以及它们与互联网治理之间的联系。
- 设立互联网治理原则应用的基准系统和相关指标。
- 网络中立：在NETmundial大会上，人们就“网络中立”一题展开了重要而富有成效的讨论。人们对是否将这一具体词条做为一项原则列入本成果文件方面持有不同意见。原则中已经包含了开放性互联网的理念，和个人在言论自由和信息获取自由方面的权利。我们应当在针对开放性互联网的讨论中，对这一问题继续进行探

讨，包括如何推行言论自由、鼓励竞争、促进消费者选择、实现有益的透明而适当的网络管理，人们建议将这一话题放到如下一届互联网治理论坛等平台上加以讨论。

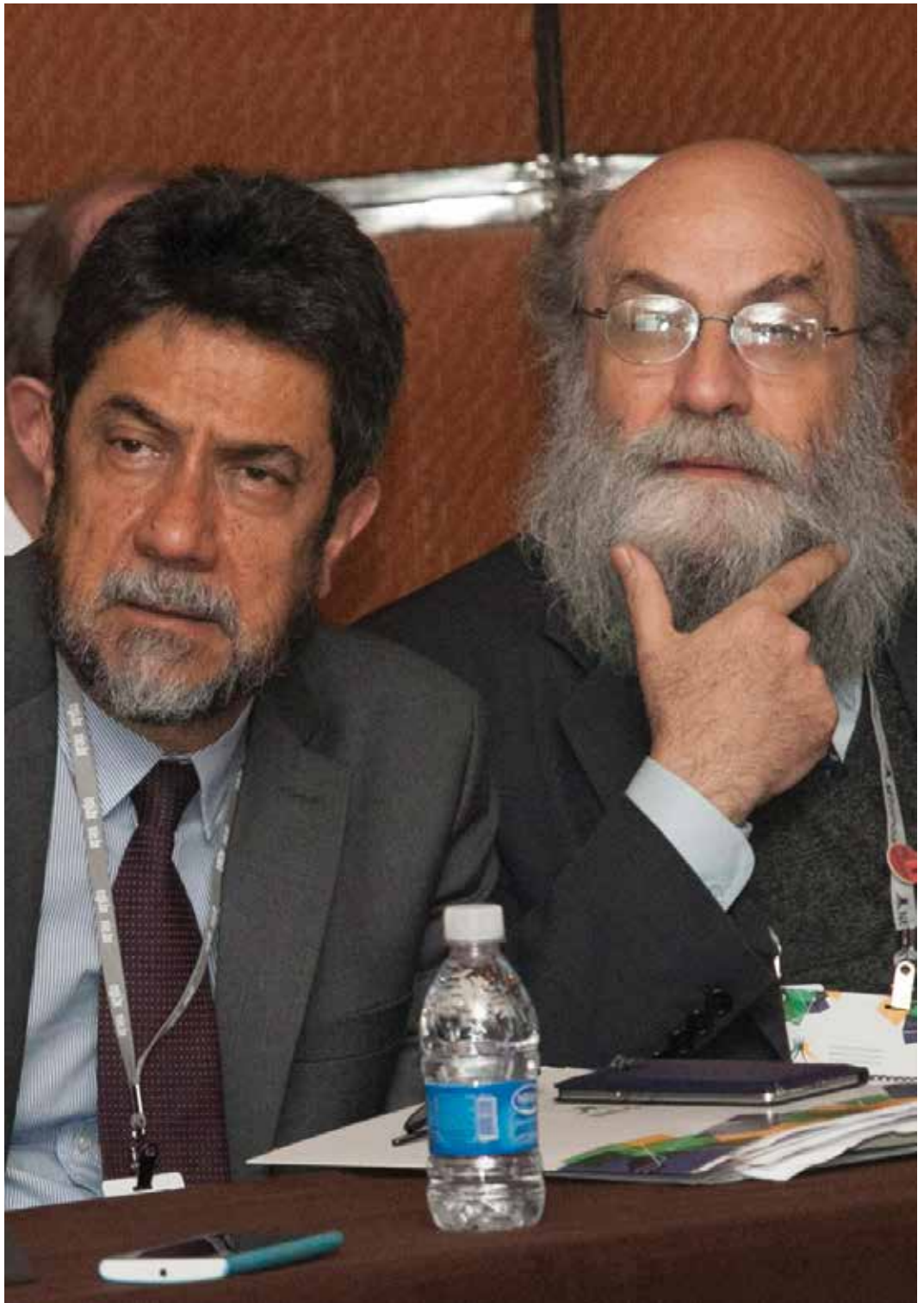
V. 展望未来

鼓励互联网治理生态系统中的所有组织、论坛和流程均对NETmundial大会成果进行考量。

预计NETmundial大会的结论和成果将被用于其他流程与论坛，例如：2015年后的发展议程流程、世界信息峰会（WSIS）+10国会议和在不同组织和机构中举办的有关互联网治理的讨论。

本文中列出的这些主题的跟进和未来讨论将能为现有实体或机构的工作做出贡献。他们可向主要的互联网治理会议提交他们的工作报告。

秘书处注释，4月25日：上述针对“网络中立”一题达成的共识性文本（第2部分第IV节）根据多利益相关方执行委员会（EMC）协商文本进行了编辑修订，并经高层多利益相关方委员会（HLMC）仔细研读、查看后批准通过。鉴于本文终稿的形成时间和大会闭幕仪式之间的空余时间较短，秘书处无法将本注释添加到“网络中立”部分。



بيان إستهلاكي

هذه نتائج غير ملزمة لعملية تشاركية تسير وفق مبدأ من الأدنى ونحو الأعلى تتضمن آلاف الاشخاص من الحكومات والقطاع الخاص والمجتمع المدني والمجتمع التقني والأكاديمي حول العالم . لقد كان مؤتمر NETmundial الأول من نوعه . ونأمل أن يساهم بتطور النظام البيئي لحوكمة الإنترنت .

مقدمة

يُعقد الأجتتماع العالمي لأصحاب المصلحة المتعددين حول مستقبل حوكمة الأترنت والمعروف أيضاً بـ NETmundial ، لمناقشة مسألتين مهمتين ذات صلة بمستقبل تطور الأترنت بأسلوب أصحاب المصلحة المتعددين المفتوح :

1. مبادئ إدارة الإنترنت ،

2. رسم خارطة طريق للتطور المستقبلي للنظام البيئي لإدارة الإنترنت .

تم إعداد التوصيات الواردة في هذه الوثيقة بهدف توجيه إجتماع NETmundial نحو التوافق في الآراء . لقد كان هذا عملاً تعاونياً بين ممثلي كافة مجموعات أصحاب المصلحة .

تم إستلام أكثر من ٠٨١ مساهمة من جميع أصحاب المصلحة في كافة أرجاء العالم . وقد أتخذت تلك المساهمات كأساس للمناقشات الخاصة بالتوصيات التي قُدمت هنا الى المشاركين في إجتماع NETmundial بهدف تحقيق توافق واسع في الآراء .

وقد كان الهدف من توصيات NETmundial أيضاً هو تأسيس مساهمة محتملة وقيمة لأجل أن تستخدم في منديات وكيانات أخرى خاصة لحوكمة الأترنت .

1 • مبادئ حوكمة الإنترنت

حدد إجتماع NETmundial مجموعة من المبادئ المألوفة والقيم الهامة التي تساهم في وضع نطاق عمل لحوكمة الإنترنت يكون شاملاً وفعالاً وشرعياً وبنموذج أصحاب المصلحة المتعددين ، وأعترف أيضاً بأن الإنترنت هي مصدر عالمي ينبغي أن تتم إدارته لأجل المصلحة العامة .

حقوق الإنسان والقيم المشتركة

إن حقوق الإنسان هي قيم عالمية كما إشير إليها في الإعلان العالمي لحقوق الإنسان وينبغي أن تركز عليها مبادئ حوكمة الإنترنت . فالحقوق التي يتمتع بها الإنسان **خارج الإنترنت offline** يجب أن تكون أيضاً أن تتم حمايتها **عبر الإنترنت online** ، فالحقوق التي يتمتع بها الأشخاص خارج نطاق الإنترنت لا بد أن تكون محمية عبر الإنترنت أيضاً ووفق الإلتزامات القانونية الدولية لحقوق الإنسان بما في ذلك العهدين الدوليين للحقوق المدنية والسياسية والأقتصادية والحقوق الأتماعية والثقافية وكذلك ميثاق حقوق الأشخاص ذوي الإعاقات . تتضمن هذه الحقوق على سبيل الذكر وليس الحصر :

حرية التعبير عن الرأي للجميع حق حرية الفكر والتعبير عن

الرأي ؛ ويتضمن هذا الحق إعتناق الآراء بدون أية مضايقات وحق البحث عن المعلومات والآراء وتلقيها ونقلها خلال أية وسيلة كانت ودونما إعتبار للحدود .

حرية تكوين الجمعيات للجميع حق التشكيل السلمي للتجمعات

عبر الإنترنت بما في ذلك شبكات التواصل الأتماعي والمنصات .

الخصوصية: حق الخصوصية ووجوب حمايتها . وهذا يشمل إلتخضع

الى المراقبة القسرية أو غير القانونية وإلى جمع البيانات الشخصية وأستخدامها . ضمان حق حماية القانون تجاه مثل هذا التدخل .

ينبغي للإجراءات والتطبيقات والتشريعات الخاصة بمراقبة الإتصالات

والأعتراض للبيانات الشخصية وجمعها بما في ذلك عمليات المراقبة

الشاملة منها ، أن يُعاد النظر بها بغية الحفاظ على الحق في الخصوصية

من خلال التنفيذ الكامل والفعال لكافة الإلتزامات بموجب القانون

الدولي لحقوق الإنسان .

إمكانية الوصول إليها: يجب أن يحظى الأشخاص ذوي الإعاقات

بإمكانية الوصول التام الى المصادر عبر الإنترنت التي تعزز عملية

تصميم وتطوير إنتاج وتوزيع المعلومات السهل الوصول إليها والأنظمة

الآخري عبر الإنترنت .

حرية المعلومات والوصول الى المعلومات: يجب إن يتمتع الجميع بحق الوصول الى المعلومات والمشاركة بها و إيجادها وتوزيعها عبر الإنترنت وبما يتوافق مع حقوق المؤلفين والمدعين المثبتة في القانون .
التطور: للجميع حق التطور وتلعب الإنترنت دوراً حيوياً في المساعدة في التحقيق الكامل لأهداف التنمية المستدامة والمتفق عليها دولياً . إنها أداة حيوية لإعطاء الذين يعيشون في مستوى الفقر وسائلاً للمشاركة في عمليات التنمية .

حماية الوسطاء

يجب تنفيذ قيود المسؤولية الوسطية بطريقة تحترم وتعزز النمو الإقتصادي والإبتكار والإبداع والإنتقال الحر للمعلومات . وبهذا الصدد ، لا بد من تشجيع التعاون بين كافة أصحاب المصلحة للتصدي ولردع النشاط اللاقانوني وبما يتفق مع عملية عادلة .

التنوع الثقافي واللغوي

ينبغي من خلال حوكمة الإنترنت احترام وتعزز التنوع الثقافي واللغوي بكل أشكاله .

فضاء موحد وغير مجزأ

يجب أن تبقى الإنترنت بمثابة شبكة الشبكات وان تكون متماسكة و مترابطة ومستقلة وغير مجزئة وقابلة للقياس وسهل الوصول إليها على الصعيد العالمي ، إستناداً الى مجموعة مشتركة من المعارف الفريدة من نوعها والتي تسمح لجريان حر لمعلومات وحزم البيانات بين طرفي الأتصال عبر الإنترنت وبغض النظر عن المحتوى القانوني .

أمن وأستقرار ومرونة الإنترنت

يجب أن يكون أمن وأستقرار ومرونة الإنترنت هدفاً أساسياً لكل أصحاب المصلحة المتعددين في مجال حوكمة الإنترنت . ويجب أن تبقى الإنترنت كونها مصدر عالمي شامل ، شبكة آمنة ومستقرة ومرنة وتستحق الثقة . وتعتمد فعالية التصدي للمخاطر والتهديدات لأمن وأستقرار الإنترنت

على التعاون المتين فيما بين مختلف أصحاب المصلحة .

بنية مفتوحة ومصنفة

لابد من الحفاظ على الإنترنت كبيئة خصبة ومبتكرة بالإعتماد على بنية ذات نظام مفتوح وبوجود التعاون الطوعي والأشراف والمشاركة الجماعية وكذلك بالإبقاء على طبيعة الإنترنت كوسيلة ربط بين نهايتين ، والبحث عن خبراء تقنيين لحل المشاكل التقنية في المكان المناسب وبطريقة تتفق مع هذا المنهج التعاوني المفتوح .

تمكين البيئة للتطور والابتكار

لقد كانت القدرة على الأبداع والابتكار بمثابة صميم النمو المميز للإنترنت وقد أدت الى جلب قيمة كبيرة الى المجتمع الدولي . ولأجل الحفاظ على ديناميكيته ، يجب أن تواصل برامج حوكمة الإنترنت السماح للإبتكار غير المشروط برخصة من خلال تمكين بيئة الإنترنت وبما يتفق مع مبادئ أخرى في هذه الوثيقة . إن المشاريع والاستثمار في البنية التحتية مكونات هامة جداً لبيئة تمكينية .

مبادئ عملية حوكمة الإنترنت

أصحاب المصلحة المتعددين: يجب أن تُنشأ حوكمة الإنترنت على عمليات ديمقراطية لأصحاب مصلحة متعددين مع ضمان المشاركة المسؤولة والجادة لكافة أصحاب المصلحة بما في ذلك الحكومات والقطاع الخاص والمجتمع المدني والاكاديمي ومستخدمي الإنترنت . يجب تفسير أدوار ومسؤوليات كل من أصحاب المصلحة بطريقة مرنة مع الإشارة الى القضية قيد المناقشة .

حوكمة مفتوحة وتشاركية وموجهة بمبدأ التوافق بالآراء:

ينبغي لوضع السياسات العامة الدولية ذات الصلة بالإنترنت ونظم حوكمة الإنترنت أن تعمل على تمكين المشاركة التامة والمتوازنة لكافة أصحاب المصلحة في مختلف أنحاء العالم وأن تتم بتوافق الآراء الى أقصى درجة ممكنة .

شفافية: القرارات المتخذة يجب أن تكون سهلة الفهم ، ويجب أن يتم توثيق العمليات وإجراءات المتابعة المتفق عليها بصورة واضحة وأن

تحدد هذه الإجراءات ويتم الإتفاق عليها من خلال عمليات أصحاب المصلحة المتعددين .

مسؤولية: يجب أن تكون هناك آليات للتدقيقات والتعديلات وكذلك

للمراجعات والإصلاحات . تقع على عاتق الحكومات المسؤولية القانونية والسياسية الأولى بخصوص حماية حقوق الإنسان .

شاملة وعادلة: يجب أن تكون مؤسسات وعمليات حوكمة

الإنترنت شاملة ومنفتحة لكافة أصحاب المصلحة المهتمين بها . يجب أن تيسر العمليات بما في ذلك عملية صنع القرار من الأدنى فالأعلى تمكن المشاركة التامة لكافة أصحاب المصلحة بطريقة بحيث لا تسيء الى أية فئة من فئات أصحاب المصلحة .

مصنفة: ينبغي أن تتم حوكمة الإنترنت من خلال نظام بيئي مصنّف ولا مركزي لأصحاب المصلحة المتعددين .

تعاونية: يجب أن تعتمد حوكمة الإنترنت على المناهج التعاونية التشاركية التي تعكس مداخلات المهتمين وأصحاب المصلحة ، وأن تشجع عليها .

تمكين المشاركة الجادة: يجب أن يكون بمقدور كل من يقع تحت تأثير عملية حوكمة الإنترنت ، المشاركة في تلك العملية . وتحديدًا ، ينبغي لمؤسسات وعمليات حوكمة الإنترنت أن تدعم بناء القدرات للقادمين الجدد وخصوصاً أصحاب المصلحة من الدول النامية ومن المجاميع ذات التمثيل المحدود .

إمكانية الوصول والمعوقات المخففة: ينبغي لحوكمة الإنترنت

أن تعزز إمكانية الوصول العالمي وتكافؤ الفرص وبأسعار معقولة وبجودة عالية للإنترنت وبهذا تكون أداة فعالة في تمكين التنمية البشرية والإدماج الإجتماعي . ينبغي ألا يكون هناك معوقات غير معقولة أو تمييزية أمام دخول المستخدمين الجدد . أماكن الإنترنت العامة للإنترنت هي أداة فاعلة لتوفير إمكانية الوصول الى الإنترنت .

السرعة (سلسة): يجب أن تكون سياسات الوصول الى خدمات

الإنترنت موجهة نحو المستقبل والتكنولوجيا المحايدة وبذلك تكون قادرة على إستيعاب التقنيات المتطورة بصورة مضطربة ومختلف أنواع الإستخدام .

المعايير المفتوحة

ينبغي على حوكمة الإنترنت أن تعزز المعايير المفتوحة المستقاة من الخبرات الفردية والجماعية ومن التجربة العملية والقرارات المتخذة بتوافق الآراء المفتوحة مما يؤدي ذلك الى شبكة فريدة من نوعها وقابلة للتشغيل المتبادل ومرنة ومستقرة ولا مركزية وآمنة ومتراصة ومتاحة للجميع . يجب أن تكون المعايير متوافقة مع حقوق الإنسان وتتيح المجال للتطور والابتكار.

2 • رسم خارطة طريق للتطور المستقبلي للنظام البيئي لحكومة الإنترنت

الهدف من خارطة الطريق المقترحة هذه للتطور المستقبلي لحكومة الإنترنت هو لرسم الخطوات الممكنة نحو الأمام لعملية التحسين المستمر لنطاق عمل حوكمة الإنترنت المتواجد حالياً لضمان الأنخراط الكامل لكافة أصحاب المصلحة في أدوار ومسؤوليات كل منهم .

إن إطار عمل حوكمة الإنترنت هو نظام بيئي منسق ومصنّف يضم مختلف المنظمات والمنتديات . ويجب أن يكون شاملاً وشفافاً ومسؤولاً وأن تتبع عملياته وهياكله منهجاً من شأنه أن يمكن مشاركة كل أصحاب المصلحة لتلبية مصالح كل المستفيدين من الإنترنت وكذلك الذين لم تسنح لهم الفرصة أن يستخدموا الإنترنت لحد الآن .

لقد أظهر تنفيذ أجندة إجتماع تونس أهمية نموذج أصحاب المصلحة المتعددين في حوكمة الإنترنت . ولا بد من الإشادة بالمساهمة القيّمة لكافة أصحاب المصلحة في حوكمة الإنترنت . وبسبب التجارب الناجحة ، فإنه ينبغي تعزيز وتحسين وتطوير هذا النموذج بصورة أكثر .

ينبغي أن تعمل حوكمة الإنترنت على تعزيز التنمية المستدامة الشاملة ولتعزيز حقوق الإنسان . ويجب أن تعكس المشاركة التنوع الجغرافي وأن تشمل أصحاب المصلحة من الدول النامية والدول الأقل تطوراً .

1. القضايا الخاصة بالتطوير المستقبلي لحكومة الإنترنت والتي تستحق إهتمام كافة أصحاب المصلحة .

1. إن قرارات حوكمة الإنترنت تُتخذ أحياناً بدون المشاركة الجادة من قبل كافة أصحاب المصلحة . من المهم تحسين عملية صنع القرار ووضع السياسات لأصحاب المصلحة المتعددين لأجل ضمان المشاركة الكاملة لكافة الأطراف المهتمة وتمييز مختلف الأدوار التي يقوم بها مختلف أصحاب المصلحة المتعددين في مختلف القضايا .

2. يجب أن يتم تنفيذ التنسيق المكثف وكما أشير إليه في جدول أعمال تونس لمعالجة قضايا السياسة العامة الدولية المتعلقة بالإنترنت بصورة

أولوية وعلى أساس توافقي بالآراء . وبالأخذ بنظر الإعتبار جهود فريق عمل مفوضية الأمم المتحدة لتنمية العلوم والثقافة في CSTD في التنسيق المكثف ، فإنه من المهم أن يلتزم كل أصحاب المصلحة لتطوير هذه المناقشة بأسلوب أصحاب المصلحة المتعددين .

3. يجب اختيار ممثلي أصحاب المصلحة المكلفين لعمليات حوكمة الإنترنت وفق نموذج أصحاب المصلحة المتعددين ، من خلال عمليات مفتوحة وشفافة . يجب أن تقوم مختلف مجاميع أصحاب المصلحة بإدارة عملياتها بصورة ذاتية بالاستناد الى آليات مسؤولة وشاملة ومعروفة للجميع ومعروفة بصورة جيدة .

4. هناك حاجة لتطوير آليات أصحاب المصلحة المتعددين على المستوى الوطني نظراً الى حقيقة أن جزءاً لا بأس به من مشاكل إدارة الإنترنت يجب أن تُعالج على هذا المستوى . يجب أن تعمل آليات أصحاب المصلحة المتعددين الوطنية كحلقة وصل بين النقاشات المحلية والأقليمية والحالات العالمية . وبالتالي فإن التنسيق الإنسيابي والحوار عبر تلك الجهات المختلفة يعتبر أمراً ضرورياً .

5. ينبغي أن تكون هناك مشاركة جادة من قبل كافة الأطراف المهتمة بنقاشات حوكمة الإنترنت و عملية صنع القرار مع مراعاة التوازن الجغرافي والنوع الاجتماعي لأصحاب المصلحة لأجل تفادي حالة عدم تمثيل كافة أصحاب المصلحة المعنيين .

6. تمكين بناء القدرات ومنح السلطات من خلال هذه المعايير مثل المشاركة عن بعد والتمويل الكافي والوصول الى المعلومات المفيدة في الوقت المناسب تعتبر أموراً هامة لتعزيز شمولية وفعالية حوكمة الإنترنت .

7. على كافة أصحاب المصلحة تجديد إلتزامهم لبناء مجتمع يتمحور حول الجميع ويكون معلوماتي وشامل وموجه نحو التطور كما تم تعريفه في الوثيقة الصادرة من قبل مؤتمر القمة العالمي لمجتمع المعلومات WSIS . ولهذا فإنه خلال السعي نحو إجراء التحسينات في النظام البيئي لحوكمة الإنترنت يجب الأبقاء على التركيز على أجندة التنمية الرقمية .

8. يمكن أن تستفيد مناقشات حوكمة الإنترنت من الإتصالات والتنسيق المحسّن بين المجتمعات التقنية وغير التقنية وذلك بتوفير فهم أفضل حول تعقيدات السياسة في القرارات التقنية والتعقيدات التقنية في عملية صنع القرار .

١١. القضايا المتعلقة بتحسينات المؤسساتية

- 1.** ينبغي على كل المنظمات المسؤولة عن النظام البيئي للإنترنت أن تضع وتنفذ مبادئ للشفافية والمساءلة والشمولية. وعلى كافة هذه المنظمات ان تقوم برفع تقارير دورية حول التقدم المحرز من قبلهم وعن الحالة الآنية لعملياتهم. ويجب أن تكون هذه التقارير متوفرة للجميع.
 - 2.** يجب أن تؤخذ بنظر الإعتبار الحاجة المحتملة لآليات لأجل النظري المواضيع والمشاكل الطارئة والتي لم يتم معالجتها حالياً بصورة مناسبة من قبل التدابير المتواجدة حالياً لحوكمة الإنترنت.
 - 3.** هناك حاجة لمنتدى حول تعزيز حوكمة الإنترنت (IGF). تم وضع توصيات هامة لهذه المسألة حول تحسينات منتدى حوكمة الإنترنت IGF من قبل فريق عمل مفوضية الأمم المتحدة لتنمية العلوم والتراث UN CSTD وقد أقرح بأن تنفذ هذه التوصيات في الفترة لغاية نهاية عام 2015.
- يجب أن تتضمن التحسينات من بين أمور أخرى:
- أ.** نتائج محسنة: يمكن تنفيذ التحسينات بما يتضمن وسائل إبتكارية لتهيئة نتائج/ توصيات وتحليل لخيارات السياسة؛
 - ب.** تمديد تفويض منتدى حوكمة الإنترنت IGF فيما بعد فترة الخمس سنوات؛
 - ج.** التأكيد على تمويل مستقر ومضمون وقابل للتنبؤ لمنتدى حوكمة الإنترنت IGF أمر أساسي بما في ذلك من خلال توسيع قاعدة المانحين؛
 - د.** يتعين على منتدى حوكمة الإنترنت IGF تبني آليات لتعزيز النقاشات حول العالم بين الاجتماعات من خلال الحوارات الدائرة ما بين كل دورة وأخرى.
- يمكن أن يعمل منتدى حوكمة الإنترنت IGF المعزز وبصورة أفضل كمنصة لمناقشة كل من القضايا الطويلة الأمد والقضايا الطارئة من منظور المساهمة في تحديد الوسائل الممكنة لمعالجة تلك القضايا.
- 4.** يجب أن يكون هناك إتصال وتنسيق مناسبين فيما بين المنتديات المتواجدة حالياً، ومجاميع العمل والمنظمات حول النظام البيئي لحوكمة الإنترنت. التقارير الدورية واعضاء الإرتباط الرسميين وردود الأفعال في

الأوقات المناسبة هي أمثلة للآليات التي يمكن أن تُنفذ حتى النهاية . ومن الممكن أن يوصى بتحليل الخيار الخاص بأدوات تنسيق حوكمة الإنترنت لأداء وظائف المراقبة والتحليل المشاركة بالمعلومات الجارية الآن .

5. وفي سياق متابعة قرار الحكومة الأميركية الأخير والمرحب به بخصوص رغبتها بنقل عملية الأشراف على وظائف IANA ، ينبغي أن تتم المناقشة حول الآليات لضمان الشفافية والمساءلة لهذه الوظائف بعد أن ينتهي دور الحكومة الأميركية من خلال عملية مفتوحة مع مشاركة كل أصحاب المصلحة الممتدين الى ما هو أبعد من مجتمع ICANN .

تتم وظائف IANA حالياً وفق سياسات وضعت من خلال عمليات إشتركت فيها عدة منظمات ومنتديات . وينبغي لأي آلية متبناة أن تحمي منهج الأدنى ثم الأعلى والطبيعة الإفتتاحية والتشاركية لعمليات وضع السياسات تلك وأيضاً تضمن استقرارية ومرونة الإنترنت . من المستحسن مناقشة العلاقة الوافية بين السياسات والجوانب التشغيلية .

ويجب ان يتم هذا الانتقال بصورة مدروسة مع التركيز على الحفاظ على أمن واستقرار الإنترنت وتعزيز مبدأ المشاركة العادلة بين كافة مجاميع أصحاب المصلحة المتعددين وأن تسعى بصورة مثابرة على أن يكتمل هذا الانتقال في شهر أيلول ٢٠١٢ .

6. من المتوقع أن تتسارع عملية عوامة ICANN مؤديةً بذلك الى خدمة عالمية ودولية بحق للمصلحة العامة وبآليات مساءلة وشفافية ممكن التحقق منها تفي بمتطلبات كل من أصحاب المصلحة في الداخل والمجتمع الدولي .

ويعتبر التمثيل الفعّال لكافة أصحاب المصلحة في الهيكل التنظيمي لـ ICANN ومن مختلف الأقاليم مسألة هامة في عملية العوامة الناجحة .

III. القضايا الخاصة بمواضيع محددة لحكومة الإنترنت .

1. الأمن والاستقرار

أ. من الضرورة مواصلة العمل سعياً لتحقيق الاتفاقيات الدولية حول مواضيع مثل دعم السلطات القضائية وإنفاذ القانون لتعزيز أمن الإنترنت cybersecurity ومنع ما يسمى بجرائم الإنترنت Cybercrime . يجب أن تتم النقاشات حول أطر العمل هذه بأسلوب أصحاب المصلحة المتعددين .

ب. ينبغي أن تشتمل مبادرات تحسين أمن الإنترنت والتصدي للتهديدات الرقمية له على تعاون مناسب ما بين الحكومات القطاع الخاص والمجتمع المدني والأكاديمي والمجتمع التقني . هناك أصحاب مصلحة لايزالون بحاجة للمشاركة بصورة أكثر مع أمن الإنترنت ، مثل مشغلي الشبكات ومصممي البرمجيات .

ج. هناك فرصة للمزيد من المتديات والمبادرات . ومع ذلك لا يمكن أن تكرر وإنما يجب أن تضاف الى الهياكل الحالية . على جميع أصحاب المصلحة أن يعملوا على الارتقاء بمنظمات أمن الإنترنت المتواجدة حالياً والعمل على تحسينها . تظهر الخبرة المتراكمة لدى العديد منهم بأنه لأجل أن تكون أكثر فعاليةً ، ينبغي ان تستند أية مبادرة بخصوص أمن الإنترنت على التنسيق ما بين مختلف أصحاب المصلحة ولا يمكن تحقيقها من خلال منظمة او كيان منفردين .

2. تعمل المراقبة الشاملة والقسرية للأنترنت على تقويض الثقة بالإنترنت والثقة بالنظام البيئي لحوكمة الانترنت . يجب أن تتم عملية جمع ومعالجة البيانات الشخصية من قبل الدولة والجهات غير الحكومية وفق القانون الدولي لحقوق الإنسان . هناك حاجة للمزيد من الحوار حول هذا الموضوع وعلى المستوى الدولي مستخدمين بذلك المتديات مثل منتدى حوكمة الإنترنت ومجلس * حقوق الإنسان بهدف تأسيس فهم عام لكافة المفاهيم ذات الصلة .

3. إن بناء القدرات والتمويل من المتطلبات الأساسية لضمان إتاحة الفرصة أمام أصحاب المصلحة المتنوعين لما هو أكثر من المشاركة العددية ، ولكن في الواقع للحصول على المعرفة والمصادر لأجل مشاركة فعالة . أن بناء القدرات مهم جداً لدعم إنبثاق مجتمعات لأصحاب مصلحة متعددين وخصوصاً في تلك الأقاليم التي تحتاج فيها مشاركة مجاميع أصحاب المصلحة الى المزيد من التعزيز .

٧. النقاط التي ينبغي مناقشتها فيما بعد إجتماع NETmundial:

حددت عدة مساهمات لإجتماع NETmundial القائمة التالية للنقاط غير الحصرية التي بحاجة الى المزيد من الفهم والنقاشات المستقبلية في متديات مناسبة :

- مختلف الأدوار والمسؤوليات لأصحاب المصلحة في النظام البيئي

لحوكمة الإنترنت بما في ذلك معنى وتطبيق المشاركة المتساوية .
- قضايا التشريع وعلاقتها بحوكمة الإنترنت .
- نظم القياس والمؤشرات ذات الصلة فيما يتعلق بتطبيق مبادئ حوكمة الإنترنت .

- حيادية الإنترنت : لقد كانت هناك مناقشات مثمرة وهامة جداً حول مسألة حيادية الإنترنت أثناء إجتماع NETmundial ومع تباين وجهات النظر حول فيما لو كان يجب تضمين هذا المصطلح على وجه التحديد كمبدأ ضمن نتائج الاجتماع أو لا . تتضمن المبادئ مفاهيم بخصوص شبكة إنترنت مفتوحة وحقوق الأفراد لحرية التعبير والمعلومات . من المهم أن نواصل نقاشات الإنترنت المفتوحة بما في ذلك كيفية تمكين حرية التعبير عن الرأي والمنافسة وخيار المستهلك والشفافية الجادة والادارة الملائمة للإنترنت وقد أوصي بأن يتم تناول ذلك في المنتديات مثل منتدى حوكمة الإنترنت القادم IGF .

٧. المضي قدماً

على جميع المنظمات والمنتديات وعمليات النظام البيئي لحوكمة الإنترنت أخذ نتائج إجتماع NETmundial بنظر الإعتبار .
ومن المتوقع أن تُغني نتائج ومخرجات إجتماع NETmundial عمليات ومنتديات اخرى مثل عملية جدول أعمال ما بعد تطورات 2015 ، و WSIS+10 ومنتدى IGF وكل مناقشات حوكمة الإنترنت الجارية في مختلف الهيئات والمنظمات وعلى كافة المستويات .
وينبغي لنقاشات المتابعة و النقاشات المستقبلية حول المواضيع المدرجة في هذه الوثيقة أن تُغني العمل المُدار من قبل الهيئات والوحدات المتواجدة حالياً . ويتعين عليها تقديم تقارير عملهم في إجتماعات حوكمة الإنترنت الكبيرة .

ملاحظة من السكرتارية ، ٤٢ نيسان : كان للنص المتفق عليه الخاص بحيادية الإنترنت (الجزء ٢ من الفقرة IV) تصحيحاً للمحرر إستناداً الى النص الذي تم التفاوض بخصوصه في اللجنة التنفيذية لأصحاب المصلحة المتعددين EMC ومن ثم قراءته بعناية ، وقد تمت مراجعته والمصادقة عليها من قبل اللجنة رفيعة المستوى لأصحاب المصلحة المتعددين HLMC . ولضيق الوقت خلال الجلسة الاخيرة قبل مراسم الإختتام منعت السكرتارية من تضمين النص التوضيحي الذي عقب نقطة حيادية الإنترنت .



nic.br

Núcleo de Informação
e Coordenação do
Ponto BR